

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PATRICK SEMONETTI PIZZETTI

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA EVIDENCIAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: A DECOMPOSIÇÃO DAS DIRETRIZES
DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE COM PARÂMETRO NO RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE DA NATURA**

CRICIUMA

2017

PATRICK SEMONETTI PIZZETTI

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA EVIDENCIAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: A DECOMPOSIÇÃO DAS DIRETRIZES
DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE COM PARÂMETRO NO RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE DA NATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção de Bacharel, no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador(a): Prof.^a. Me. Milla Lúcia Ferreira Guimarães

CRICIUMA

2017

PATRICK SEMONETTI PIZZETTI

**UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA EVIDENCIAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL: A DECOMPOSIÇÃO DAS DIRETRIZES
DA GLOBAL REPORTING INITIATIVE COM PARÂMETRO NO RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE DA NATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Ambiental e Responsabilidade Social

Criciúma, 05 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Milla Lúcia Ferreira Guimarães - Mestre - (UNESC) - Orientadora

Prof. Dourival Giassi - Mestre - (UNESC) - Examinador

Prof. Sérgio Bruchchen - Mestre - (UNESC) - Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente por ser presente na minha vida.

A minha mãe, Iva, que sempre me apoio em todos os momentos e sempre esteve do meu lado.

A minha irmã, Priscilla, pela amizade, compreensão e conselhos.

A minha orientadora, Milla Lúcia Ferreira Guimarães, por toda a orientação tanto no projeto quanto no TCC e sempre disposta a ajudar, obrigado.

Aos meus amigos em especial: Henrique Borba, Bruno Isoppo, Flavia Trento, Mizael Eufrazio, Stephane Catherine, Adão Diego Dutra que me ouviram falar durante esses 6 meses sobre o TCC.

Aos meus outros amigos não citados aqui que contribuíram de alguma forma.

A todos os meus amigos de sala que me ajudaram de diferentes formas fazendo que esses 4 anos e meio sejam excepcionais.

**“Somos todos história no final, apenas faça
uma boa.”**

Doctor Who

RESUMO

A responsabilidade corporativa em relação ao meio ambiente, na atualidade, supera as expectativas da sociedade, na medida em que o controle e a redução do impacto ambiental se tornam vitais para a competitividade do mercado. Os relatórios sociais ganham destaque pelo fato de orientarem as empresas a trilhar um caminho mais ecológico em seus processos produtivos, no qual projetos e atitudes voltadas para mitigar os danos ambientais causados pelas empresas são divulgados oportunizando transparência de suas ações. Esta pesquisa tem como objetivo geral explorar a prática de evidenciação da sustentabilidade empresarial por meio da decomposição das diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)* utilizando como parâmetro o relatório anual da empresa Natura Cosméticos S.A. Os objetivos específicos são: i) apresentar os modelos de relatórios de sustentabilidade mais utilizados no Brasil evidenciando os benefícios de sua elaboração; ii) apresentar as principais diretrizes da GRI para compor o relatório de sustentabilidade; e, iii) identificar as práticas de evidenciação de sustentabilidade da empresa Natura Cosméticos S.A. A pesquisa se justifica por oportunizar o aprofundamento do conhecimento acerca dos relatórios de sustentabilidade empresarial, especialmente os elaborados com base nas diretrizes da GRI. Neste estudo, a análise dos dados foi realizada modo qualitativo, utilizando-se da pesquisa do tipo descritiva, exploratória e documental. Os resultados demonstram que as diretrizes da GRI são utilizadas pela empresa objeto de estudo, como um padrão internacional de referência no relato da sustentabilidade, fato que é mencionado de forma recorrente no Relatório Anual da Natura S.A visto que foi pioneira no Brasil a comunicar seus esforços sociais e ambientais em conjunto com as demais demonstrações econômicas e financeiras oportunizando transparência de suas ações aos públicos com os quais se relaciona.

Palavras-chave: Balanço Social. *Global Reporting Initiative*. Sustentabilidade Empresarial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Conceitos principais do Triple Bottom Line	16
Figura 1– Sustentabilidade e as suas dimensões	17
Figura 2– Plano de contas do Grupo do Ativo com contas de Ativo Ambiental.....	18
Figura 3 – Plano de contas do grupo do Passivo com contas de Passivo Ambiental	20
Quadro 2 – Grupos de informações do Modelo Ibase	24
Figura 4 – Princípios para assegurar a qualidade do Relatório.....	28
Quadro 3 – Indicadores e seus respectivos modelos.....	29
Quadro 4 – Conteúdos das diretrizes.....	34
Figura 5 – Dimensão Econômica e subdivisões.....	35
Figura 6 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EC1.....	36
Figura 6 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EC6.....	36
Figura 8 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EC8.....	37
Figura 9 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EC9.....	38
Figura 10 - Dimensão Ambiental e subdivisões	39
Figura 11 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN2.....	40
Figura 12 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN3.....	41
Figura 13 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN6.....	42
Figura 14 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN8.....	42
Figura 15 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN10.....	43
Figura 16 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN13.....	44
Figura 17 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN15 até G4-EN18.....	45
Figura 18 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN15, GRI G4-EN16.....	46
Figura 19 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17.....	46
Figura 20 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN22 e G4-EN26.....	47
Figura 21 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN22 e G4-EN26.....	47
Figura 22 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN28.....	48
Figura 23 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN30.....	49
Figura 24 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN32.....	50
Figura 25 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN34.....	50
Figura 26 – Dimensão Social e subdivisões.....	51
Figura 27 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA2	52
Figura 28 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA4	53

Figura 29 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA6	54
Figura 30 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA6	54
Figura 31 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA9	55
Figura 32 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA12	56
Figura 33 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA13	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
CMMAD	Comissão Mundial Meio Ambiente Desenvolvimento
WCED	<i>World Commission On Environment and Development</i>
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
ONG	Organização não governamental
GEE	Gases de Efeito Estufa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	12
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	12
1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A CONTABILIDADE AMBIENTAL	14
2.1.1 Sustentabilidade Empresarial	15
2.1.2 Triple Bottom Line	16
2.1.3 Ativo Ambiental	17
2.1.4 Passivo Ambiental	19
2.1.5 Receita Ambiental	21
2.1.6 Despesas e Custos Ambientais	21
2.1.7 Perdas Ambientais	23
2.2. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: FOCO NA TRANSPARÊNCIA CORPORATIVA	23
2.2.1 Modelo Ibase	24
2.2.2 Modelo Ethos	25
2.2.3 Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI)	26
2.2.4 Convergências e divergências entre: Ibase, GRI e Ethos	29
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	31
3.1 ENQUADRAMENTOS METODOLÓGICOS	31
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS	32
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1 NATURA COSMÉTICOS S.A.	33
4.2 COMPREENDENDO AS DIRETRIZES DO RELATÓRIO GRI	33
4.2.1 Conteúdo Padrão Específico do Balanço Social da Natura 2015	34
4.2.1.1 Dimensão Econômica	34
4.2.1.2 Dimensão Ambiental	38
4.2.1.3 Dimensão Social	51
5 CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se do tema de pesquisa, o problema do estudo, e a questão norteadora da pesquisa. Ademais expõem-se os objetivos, geral e específicos, envolvendo a prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial, a justificativa da pesquisa em termos de relevância, exequibilidade e oportunidade e, por fim determina-se a estrutura do estudo.

1.1 TEMA, PROBLEMA E QUESTÃO PROBLEMA

A responsabilidade corporativa em relação ao meio ambiente, na atualidade, supera as expectativas da sociedade, na medida em que o controle e a redução do impacto ambiental se tornam vitais para a competitividade do mercado.

Os relatórios sociais ganham destaque pelo fato de orientarem as empresas a trilhar um caminho mais ecológico em seus processos produtivos, no qual projetos e atitudes voltadas para mitigar os danos ambientais causados pelas empresas são divulgados oportunizando transparência de suas ações. Para Belizário (2005, p. 75):

A empresa socialmente responsável procura resolver as questões sociais que envolvam seus *stakeholders*, utilizando-se de sua influência e boa condição financeira, e busca atender a demanda de interesse de todos os envolvidos em seu bom funcionamento.

Para o autor, ser uma empresa responsável implica em descentralizar a atividade essencial da organização que é de obter lucros. “O lucro fica no mesmo nível de prioridade que atender aos desabrigados, atender bem aos clientes, pagar impostos, etc.” (BELIZÁRIO, 2005, p. 75).

Para evidenciar o esforço empresarial na busca constante pela responsabilidade social corporativa, há inúmeros modelos e diretrizes para a composição de relatórios que oferecem transparência das ações voltadas para o *triple botton line* (tripé da sustentabilidade) que correspondem aos resultados da organização em termos econômicos, sociais e ambientais.

Neste contexto, tem-se a seguinte questão de pesquisa: Quais as principais práticas de evidenciação da sustentabilidade empresarial pautadas nas

diretrizes da *Global Reporting Initiative* utilizando como parâmetro o relatório de sustentabilidade da empresa Natura Cosméticos S.A.?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em explorar a prática de evidenciação da sustentabilidade empresarial por meio da decomposição das diretrizes da *Global Reporting Initiative* utilizando como parâmetro o relatório anual da empresa Natura Cosméticos S.A.

Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos os seguintes:

- Apresentar os modelos de relatórios de sustentabilidade mais utilizados no Brasil evidenciando os benefícios de sua elaboração;
- Apresentar as principais diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) para compor o relatório de sustentabilidade;
- Identificar as práticas de evidenciação de sustentabilidade da empresa Natura Cosméticos S.A.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O trabalho se justifica por oportunizar o aprofundamento do conhecimento acerca dos relatórios de sustentabilidade empresarial, especialmente os elaborados com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). A pesquisa servirá de subsídio para gestores, contadores e funcionários envolvidos no desenvolvimento de relatórios socioambientais e indicadores de desempenho, além de outros profissionais interessados na temática.

As diretrizes da GRI são apresentadas em linguagem técnica, em um documento que contém em torno de 96 páginas. Este trabalho pretende destacar os pontos mais relevantes para a realização de um relatório de sustentabilidade contemplando informações valiosas e cruciais para as empresas no que diz respeito às questões de sustentabilidade.

Esta pesquisa torna-se oportuna visto que, atualmente, “78% dos relatórios de sustentabilidade feitos no mundo seguem as diretrizes da GRI” (BSD BRASIL, 2017), pois oferece a oportunidade de padronizar o relatório e, por consequência, realizar comparações com outras organizações do mesmo segmento. Do mesmo modo, a escolha da empresa Natura Cosméticos S.A. como parâmetro para analisar as práticas de evidenciação em sustentabilidade empresarial deu-se, especialmente por ser um empreendimento conhecido por sua visão de sustentabilidade alinhada à estratégia do negócio, por disponibilizar suas informações socioambientais em seu sítio eletrônico e por atingir um alto grau de aderência plena aos indicadores essenciais do modelo GRI (95,83%). (FERNANDES, 2010).

1.4 ESTRUTURA DO ESTUDO

O trabalho está estruturado em cinco capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo reúne estudos teóricos a respeito de relatórios socioambientais, especialmente os que seguem as diretrizes da GRI. No terceiro capítulo são apresentados o enquadramento metodológico e os procedimentos de coleta e análise dos dados. No capítulo quarto são discutidos os resultados e, por fim, o quinto e último capítulo é dedicado às considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa que tem como base a Contabilidade e a Contabilidade Ambiental com foco nos relatórios de sustentabilidade, evidenciando as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*.

2.1 CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade é uma ciência imprescindível para a gestão empresarial, em busca constante de novas técnicas e estudos para o controle do patrimônio com vistas a atender as demandas sociais. Para Marlon e Ludícibus (2000, p. 53):

O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informações estruturadas de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente física, de produtividade social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da contabilidade.

A Contabilidade amplia seu foco de atuação na medida em que seus usuários necessitam de novas informações para permanecerem atuantes no mercado. Neste contexto, com o aumento e a necessidade da proteção ambiental, a Contabilidade tradicional vem sendo, ao longo dos anos, ampliada às necessidades de informações de seus diversos usuários.

A Contabilidade Ambiental surge para controlar o patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações) em uma forma com que as empresas possam demonstrar aos usuários, internos e externos, seus fatos socioambientais buscando criar valor para a sociedade de modo integrado nas dimensões econômicas, sociais e ambientais.

Segundo Garcia (2009), os contadores exercem papel fundamental nesta perspectiva, uma vez que estes profissionais, com competência técnica e científica, possam incentivar as empresas a elaborar um modelo de relatório de sustentabilidade adequado às especificidades de seus clientes, que demonstrem a responsabilidade social das organizações e, ao mesmo tempo sirvam de instrumento de gestão de grande valia na transparência das ações aos *stakeholders*.

“A Contabilidade Ambiental pode ser entendida como a atividade de intensificação de dados e registro de eventos ambientais, processamentos e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões” (PAIVA, 2003, pag. 203)

Em síntese, Ribeiro (2010, p. 48) afirma que a grande contribuição da Contabilidade Ambiental é a “evidenciação das informações de natureza ambiental de forma segregada visando informar o usuário sobre a forma de interação da empresa com o meio ambiente”. Isso requer que os fatos econômico-financeiros sejam identificados, mensurados e contabilizados.

2.1.1 Sustentabilidade Empresarial

Algumas empresas começam a se preocupar mais com o meio ambiente e a postura de quem somente dava atenção aos lucros e a geração de riqueza para si própria tem ficado de lado. A empresa, independente de seu porte, vem tomando as responsabilidades sociais e ambientais como relevantes na gestão.

Segundo Ferreira e Gerolamo (2016), no ano de 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD/WCED), que formulou e direcionou propostas para solucionar questões ambientais críticas. Desde então, as empresas começaram a tomar um rumo novo focado na sustentabilidade tornando-se modelos a serem seguidos. O conceito de sustentabilidade empresarial, segundo Silveira (2017), é um conjunto de ações que a empresa toma, tendo como respeito, meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da sociedade. Para uma empresa se tornar ambiental, ela deve adotar atitudes éticas e ações que façam ela crescer sem prejudicar o meio ambiente.

Neste cenário, Ferreira e Gerolamo (2016) afirmam que as organizações estão implementando ferramentas que auxiliam na inserção da sustentabilidade em seu contexto, como por exemplo, os Indicadores Ethos, o Índice de Sustentabilidade Corporativa e o *Global Reporting Initiative* (GRI). Assim se inicia uma nova forma de organização das empresas com a inclusão de práticas de cunho socioambiental.

2.1.2 Triple Bottom Line

O *Triple Bottom Line* veio para trazer um equilíbrio para sociedade englobando as dimensões ambiental (*planet*), social (*people*) e econômica (*profit*) com intuito de tornar os empreendimentos viáveis na composição das três esferas.

O *Triple Bottom Line* surgiu do estudo realizado por Elkington (1994), no inglês, é conhecido por 3P (People, Planet e Profit); no português, seria PPL (Pessoas, Planeta e Lucro). Analisando-os separadamente, tem-se: Econômico, cujo propósito é a criação de empreendimentos viáveis, atraentes para os investidores; Ambiental, cujo objetivo é analisar a interação de processos com o meio ambiente sem lhe causar danos permanentes; e Social, que se preocupa com o estabelecimento de ações justas para trabalhadores, parceiros e sociedade. (OLIVEIRA et al, 2012, p.73)

O *Triple Bottom Line* consiste em um esquema que pode aparecer nos relatórios ambientais de qualquer empresa. A ideia dos '3P' é que as três dimensões interajam de modo holístico para que os resultados finais da empresa tenham o título de sustentável. Os três conceitos principais são: ambiental, social e o econômico:

Quadro 1 – Conceitos principais do Triple Bottom Line

DIMENSÃO	DESCRIÇÃO
SOCIAL	Refere-se ao tratamento do capital humano de uma empresa ou sociedade: salários justos, adequação à legislação trabalhista e ambiente de trabalho agradável. Também é imprescindível atentar para os efeitos da atividade econômica nas comunidades vizinhas ao empreendimento.
AMBIENTAL	Refere-se ao capital natural de uma empresa ou sociedade. É o pilar ambiental do tripé. Nesse aspecto, a empresa ou a sociedade deve pensar nas formas de amenizar e compensar os impactos ambientais. Deve ser levada em conta a adequação à legislação ambiental e a vários princípios discutidos atualmente.
ECONÔMICO	É resultado econômico positivo de uma empresa. Esse pilar deve levar em conta os outros dois aspectos.

Fonte: Fernandez (2013).

Os '3P' tem como ponto melhorar a empresa e a sociedade em que está inserida como um todo. A dimensão social tem como foco principal o tratamento do funcionário para que tudo ocorra certo; a dimensão ambiental diz respeito a minimização dos impactos causados pela empresa para que possam ser recompensados ou até evitados; e, a dimensão econômica é o que torna a empresa viável. A Figura 1 demonstra conforme a concepção de Alledi Filho et al. (2003) a sinergia entre as dimensões do *Triple Bottom Line*.

Figura 1– Sustentabilidade e as suas dimensões



Fonte: Santa Catarina Industria Land (2015)

A Figura 1 tem como objetivo apresentar os '3P' interligados e como podem funcionar mostrando o papel indispensável de cada um. Sem esses três pilares integrados as organizações não se sustentam.

2.1.3 Ativo Ambiental

Segundo Ribeiro (2005, p. 61), “os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos possuídos pelas empresas, que tenham capacidade de geração de benefício econômico em períodos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação”.

Segundo Almeida (2009), “os Ativos Ambientais representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc. utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição”. O Ativo Ambiental não pode ser confundido com aquele que usa tecnologia limpa (com menos agressividade no meio ambiente) como painéis de luz solar, água captada da chuva, entre outras.

A Figura 2 apresenta um recorte de um plano de contas envolvendo contas ambientais no grupo do Ativo, na visão de Tinoco e Kraemer (2008).

Figura 2– Plano de contas do Grupo do Ativo com contas de Ativo Ambiental

Ordem	Tipo de Conta
1	ATIVO
1.1	ATIVO CIRCULANTE
1.1.1	Disponível
1.1.1.1	Caixa
1.1.1.2	Bancos conta Movimento
1.1.2	Créditos
1.1.2.1	Clientes
1.1.2.6	Clientes Ambientais
1.1.2.7	Subvenções Ambientais a Receber
1.1.2.8	Créditos por Serviços de Assessoria Ambiental
1.1.2.9	
1.1.3	Estoques
1.1.3.1	Matérias-primas
1.1.3.2	Produtos em Processo
1.1.3.3	Produtos Acabados
1.1.3.4	
1.1.3.6	Produtos Reciclados e Subprodutos
1.1.3.7	Insumos Ambientais
1.1.3.8	Embalagens Ambientais
1.2	NÃO CIRCULANTE
1.3	INVESTIMENTOS
1.3.1.7	Participações em Outras Sociedades Ambientais
	Participações em Fundos de Investimentos
1.3.1.8	Ambientais
1.3.1.9	
1.3.2	IMOBILZIADO
1.3.2.1	Terrenos
1.3.2.2	Jazidas e Minas
1.3.2.3	Obras Civis
1.3.2.8	Equipamentos Ambientais
1.3.2.9	Instalações Ambientais
1.3.5.1	Depreciação. Exaustão Acumulada (-)
1.3.5.1	Depreciação. Exaustão Acumulada (-)
1.3.3	INTAGIVEL
1.3.5.9	Amortização Acumulada Ambiental (-)

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kraemer (2008, p. 75).

Nota-se, por meio da Figura 2 que há uma variedade de contas no ativo que são de propriedade ambiental, tanto no grupo do ativo circulante como no ativo não circulante. As contas do ativo tradicional e ambiental não possuem grande variedade.

2.1.4 Passivo Ambiental

O Passivo Ambiental, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) (2017), pode ser definido como:

obrigações para com terceiros resultante de impactos causados ao meio ambiente. Pode se constituir na obrigação de recuperação de áreas degradadas, indenização de terceiros em função dos efeitos de danos ambientais, obrigações de criar meios de compensação para minimizar danos ambientais e, ainda, multas e penalidades semelhantes por infração à legislação ambiental (NBC, 2017).

Segundo Ribeiro (2005), o passivo ambiental se refere aos benefícios econômicos ou aos resultados que serão sacrificados em razão da necessidade de preservar, proteger e recuperar o meio ambiente que consiga aliar o desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Segundo Brumati (2015), o passivo ambiental é o investimento que uma empresa deve fazer para que possa corrigir os impactos ambientais gerados em decorrência de suas atividades e que não tenham sido controlados no decorrer dos anos na realização de suas operações.

O passivo ambiental pode servir também como uma reserva ou um investimento para que seja consumido pela própria empresa nas atividades na qual ela agride o meio ambiente. A Figura 3 apresenta contas do passivo ambiental conforme Tinoco e Kraemer (2008).

Figura 3 – Plano de contas do grupo do Passivo com contas de Passivo Ambiental

Ordem	Tipo de Conta
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDIO
2.1	PASSIVO CIRCULANTE
2.1.1	Emprestimos e Financiamentos
2.1.1.6	Financimanetos Ambientais
2.1.2	Fornecedores
	Fornecedores de Bens e Serviçõs de Proteção e Recuperação Ambiental
2.1.2.8	
2.1.3	Obrigações
2.1.3.6	Multas por Danos Ambientais
2.1.3.7	Indenizações por Danos Ambientais
2.1.3.9	Impostos Verdes
2.1.4	Provisões
2.1.4.6	Multas por Danos Ambientais
2.1.4.7	Indenizações por Danos Ambientais
	Aquisição de Bens e Serviçõs de Proteção e Recuperação Ambiental
2.1.4.9	
2.1.4.4	Impostos Verdes
2.2	NÃO CIRCULANTE
2.2.1	Empréstimos e Financiamentos
2.2.1.6	Financimanetos Ambientais
2.2.2	Fornecedores
	Fornecedores de Bens e Serviçõs de Proteção e Recuperação Ambiental
2.2.2.8	
2.2.3	Obrigações
2.2.3.6	Multas por Danos Ambientais
2.2.3.6	Indenizações por Danos Ambientais
2.2.3.9	Impostos Verdes
2.2.4	Provisões
2.2.4.6	Multas por Danos Ambientais
2.2.4.7	Indenizações por Danos Ambientais
	Aquisição de Bens e Serviçõs de Proteção e Recuperação Ambiental
2.2.4.8	
2.2.4.9	Impostos Verdes
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO
2.3.1	Capital Social
2.3.4	Reservas de Lucros
2.3.4.6	Reserva Contingencial para Multas por Danos Ambientais
2.3.4.7	Reservas Contingencial para indenização por Danos Ambientais
	Reserva Contingencial para Aquisição de Bens Serviçõs para proteção e Rerserva Ambiental
2.3.4.8	
2.3.4.9	Reserva Contingencial para impostos Verdes
2.3.5	Lucros ou Prejuizos Acumulados
2.3.5.1	Lucros Acumulados

Fonte: Adaptado de Tinoco e Kraemer (2008, p. 76).

O passivo ambiental, conforme observa-se na Figura 3, contem contas contábeis que demonstram monetariamente os valores referentes à degradação e

preservação da natureza pela empresa. As contas do passivo ambiental possuem diferenças das contas do tradicional, como por exemplo, impostos verdes, multas por danos ambientais.

2.1.5 Receita Ambiental

Segundo Ludícibus e Marion, (2000, p. 173) a receita pode ser definida como “o acréscimo de benefícios econômicos durante o período contábil na forma de entrada de ativos ou decréscimo de exigibilidade e que redundam num acréscimo do patrimônio líquido, outro que não o relacionado a ajustes de capital [...]”

A receita ambiental, para Tinoco e Kaemer (2004), decorre de prestação de serviços especializados em gestão ambiental, venda de produtos elaborados de sobras de insumos ou de reciclados, aproveitamento de gases e calor, redução do consumo de energia e água.

A receita ambiental não tem por objetivo principal gerar receita para a empresa, e sim, aplicar uma política responsável a respeito dos problemas ambientais. Mas este fato não exclui a possibilidade de a empresa obter lucro com suas ações. Auler (2002) cita três possibilidades de obtenção de receitas ambientais, a saber: 1) Prestação de serviços especializados em gestão ambiental; 2) Vendas de produtos elaborados a partir de sobras de insumos do processo produtivo; e, 3) Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida à sua atuação responsável com o meio ambiente.

Quando a empresa obtém algum lucro por consequência de uma obra que envolva melhoria do meio ambiente esta é considerada uma receita ambiental para a empresa.

2.1.6 Despesas e Custos Ambientais

Para Carvalho (2008, p. 196) despesas ambientais são “os gastos que a empresa realiza com a área ambiental, mas que não estão relacionados com a consecução de sua atividade fim”. Uma despesa ambiental não está ligada com a atividade principal da empresa, devendo ser feita como algo extra ao empreendimento.

Segundo Ribeiro (2005, p. 50), “consideram-se como despesas ambientais todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”.

Uma despesa ambiental é toda e qualquer serviço que envolva a área ambiental. Ribeiro (2005) destaca algumas atividades que são consideradas despesas ambientais, tais como, definição e manutenção de programas e políticas ambientais, seleção e recrutamento de pessoal para o gerenciamento e operação do controle ambiental, compra de insumos e equipamentos antipoluentes, pagamento das compras realizadas para essa área, recepção dos itens ambientais adquiridos, estocagem dos insumos utilizados no controle do meio ambiente, treinamento específico para a sua proteção e auditoria ambiental

Este fato contábil envolve todos os tipos de gastos que a empresa realiza e que envolve o meio ambiente, desde gasto com educação ambiental, aquisição de equipamentos, gasto com a licença ambiental ou recolhimento de lixo, entre outros.

Custo ambiental é qualquer tipo de gasto em prol de benefício para o meio ambiente. Os gastos da entidade referente à área ambiental resultam em um benefício econômico futuro para a sociedade externa, em relação a essa conservação dos recursos naturais da entidade (CASAGRANDE, 2004 *apud* Ferreira, 2006).

Para Ribeiro (2005), os gastos não necessariamente refletirão expectativas de benefícios futuros para a entidade, mas apenas despesas do período. Como exemplos de custos ambientais tem-se:

- Todas as formas de amortização (depreciação e exaustão) dos valores relativos aos ativos de natureza ambiental que pertencem à companhia;
- Aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes;
- Tratamento de resíduos dos produtos;
- Disposição dos resíduos dos produtos;
- Recuperação ou restauração de áreas contaminadas;
- Mão-de-obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente (RIBEIRO, 2005, p. 52).

Os gastos que a empresa realiza, que têm como foco o meio ambiente e que são necessários para consecução de sua atividade-fim, são geralmente classificados como custos ambientais.

2.1.7 Perdas Ambientais

Segundo Casagrande (2004) pode-se afirmar que as perdas ambientais nada mais são do que gastos ocorridos de fatos ambientais que não mantêm nenhum vínculo operacional com a atividade da entidade, em que os danos causados por eles são imprevisíveis.

As perdas ambientais não abrangem de uma contrapartida positiva para a empresa, sendo elas de causas normais ou anormais.

As perdas normais, segundo Ribeiro (2005, p.57), “são aquelas previsíveis e de montantes previamente definidos como aceitáveis, ao passo que as perdas anormais são as inesperadas e de volume relevante.”

2.2. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: FOCO NA TRANSPARÊNCIA CORPORATIVA

Balanço Social, Relatório de Sustentabilidade e Relatório de Sustentabilidade Social são nomenclaturas utilizadas para denominar as demonstrações que tem como foco informar as ações de uma determinada empresa, para os usuários internos e externos, em ações com o meio ambiente.

No Brasil a publicação anual do Balanço Social (BS) não é obrigatória. No caso de companhias abertas, há a obrigatoriedade de publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) (um dos componentes do BS) desde a emissão da Lei nº 11.638/2007.

Existem modelos de relatórios de sustentabilidade empresarial que podem ser seguidos e cabe a cada empresa escolher aquele que mais se adéqua as suas especificidades, tais como, o modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o do Instituto de Empresas e Responsabilidade Social - Ethos, e as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). Este último é um dos mais utilizados pelas empresas na atualidade por ser internacionalmente aceito.

Auxiliam nas relações com os stakeholders e ainda proporcionam outras vantagens como: a) aumento do valor da marca e da fidelidade do cliente; b) aumento na participação de mercado; c) maior acesso ao capital a um custo mais baixo; d) ampliação da licença social de operação; e) agilidade nas aprovações regulatórias. (Santos apud. Ligteringen e Arbex 2016)

Com os relatórios ambientais as empresas podem demonstrar e relatar os benefícios que trazem para a sociedade e para o meio ambiente.

Tinoco e Kraemer (2011) entendem que a informação social, ambiental, a geração do valor adicionado e a informação econômica devem se divulgar em conjunto, sendo considerada pelos autores o melhor exemplo de *accountability*¹.

2.2.1 Modelo Ibase

Segundo Andrade et al. (2012) o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) se uniu com diversos representantes de entidades públicas e privadas e desenvolveu um modelo de relatório social que estimula as empresas, independente do seu tamanho e/ou setor, a divulgar de modo transparente suas informações de cunho socioambiental.

O modelo Ibase, segundo Bernardo, Silva e Falk (2007), se divide em sete grupos de informações, conforme apresenta o Quadro 2:

Quadro 2 – Grupos de informações do Modelo Ibase

GRUPO	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO
1	Informações financeiras ou base de cálculo	Divulgam os valores da receita líquida, do resultado operacional e da folha de pagamento bruto. Tais valores serão utilizados para calcular os percentuais nos demais itens
2	Indicadores sociais internos ou indicadores laborais	Demonstram os gastos realizados com os funcionários das empresas, tais como: alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência, saúde, educação, alimentação, auxílio creche e participação nos resultados.
3	Indicadores sociais externos	Mostram os gastos realizados com projetos voltados para a sociedade e explicita o benefício que a organização realizou com ela. Dentre eles, estão: educação, alimentação, esporte e cultura.
4	Indicadores ambientais	Apresenta os gastos realizados em projetos direcionados ao meio ambiente.
5	Indicadores dos recursos humanos	São demonstrados os dados relacionados aos colaboradores da organização. Dentre os indicadores, tem-se: nº de funcionários, nº de admitidos, nº de mulheres colaboradoras da empresa, nº de empregados portadores de deficiência, % de mulheres nos cargos de chefia, além de subsídios considerados ressaltantes ao exercício da responsabilidade social.
6	Informações importantes quanto ao exercício da cidadania organizacional	Expõem os dados que apresentam a preocupação pela conservação de um ambiente de trabalho e da participação dos colaboradores em projetos e benefícios da entidade. Abordando, dentre outros aspectos: a afinidade entre a maior e menor remuneração, o número de acidentes de trabalho, bem como, o fato da empresa ouvir os funcionários.

¹ *Accountability* “representa a obrigação que as organizações tem de prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder, a seus parceiros, os *stakeholders*” (TINOCO; KRAEMER, 2011, p. 67).

7	Outras informações	Nessa seção do balanço social, a empresa tem autonomia para relacionar as informações consideradas relevantes no tocante ao seu aspecto social.
---	--------------------	---

Fonte: Adaptado de Bernardo, Silva e Falk (2007)

O modelo Ibase, conforme observa-se no Quadro 2, tem foco em qualquer tipo de empresa sendo ela considerada uma empresa grande ou uma pequena, sendo assim ele se torna mais simples e de fácil acesso.

Para o reconhecimento das empresas que publicassem o Balanço Social de acordo com seu modelo, em 1998, o instituto lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho o qual poderia ser utilizado nos documentos da empresa, papéis, sites, produtos e embalagens, entre outros, com exceção das empresas de cigarro, bebidas alcoólicas e armas de fogo/munições ou envolvidas com trabalho infantil.

2.2.2 Modelo Ethos

O Instituído Ethos desenvolveu um relatório socioambiental para ajudar as empresas que buscam a sustentabilidade. Desta forma o instituto realiza, conforme Silva, Freire e Silva (2014), as experiências e seu desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão, além de dedicar-se seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Porém, na visão de Yanaze e Augusto (2008), os Indicadores Ethos enfrentam algumas limitações, tais como:

a) a maioria das empresas do país não os utiliza por desconhecimento, desconfiança ou por não acreditar no modelo;

b) os conceitos de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável ainda estão mais no campo ideológico e da propaganda de “empresa cidadã” que no campo da práxis efetiva; e, mais importante,

c) no modelo, especificamente nas questões quantitativas, fica impossível descontar os valores que dizem respeito às ações de amenização de práticas passadas quanto à agressão ambiental, discriminação racial, sexual ou qualquer outra quebra dos direitos humanos, e de vendas de produtos ou serviços que algum dia tenha ocasionado ameaças à saúde dos clientes ou do público. Não contempla uma ficha com o retrato real da organização e de suas práticas passadas duvidosas e impactantes à sociedade.

O relatório deve ser aperfeiçoado para poder ter uma aplicação eficaz nas empresas que buscam um modelo para seguir.

2.2.3 Diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI)

Diretrizes são orientações que definem e regulam um caminho a seguir, servindo de instruções ou indicações para alcançar alguma meta. Sendo assim a *Global Reporting Initiative* (GRI) orienta empresas para padronizar os relatórios ambientais ao redor do mundo. O objetivo explícito das diretrizes GRI é harmonizar numerosos sistemas de informações utilizados. Seu modelo foi estabelecido pautado no sistema americano de informações financeiras, que a GRI buscou expandir em termos de alcance global, âmbito social, econômico e indicadores de desempenho ambiental, flexibilidade (descritivos e indicadores quantitativos), e na base dos interessados (indústria, setor financeiro, profissionais de contabilidade, sociedade civil, ambiental e Organizações Não Governamentais (ONGs) de direitos humanos, sindicatos, e outros). (Conforme BROWN; JONG ; LEVY,, 2009)

A *Global Reporting Initiative* é um grupo internacional e independente fundado, em 1998, com o intuito de desenvolver e disseminar diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade aplicáveis, global e voluntariamente, pelas empresas que o desejarem, abrangendo informações sobre aspectos econômicos, ambientais e sociais decorrentes dos seus produtos, serviços e atividades (RIBEIRO, 2005, p. 122).

O grupo disponibiliza em seu *síte* uma lista com todas as diretrizes necessárias para a criação de um relatório de sustentabilidade que toda empresa que estiver com interesse só acessar. As diretrizes estão disponíveis em cinco línguas para facilitar o acesso mundialmente.

Segundo o grupo GRI (2017), as diretrizes são desenvolvidas por meio de um processo que envolve diversos *stakeholders*, entre os quais constam representantes de empresas, auditores e especialistas em diversas áreas. Elas também são desenvolvidas com documentos internacionalmente reconhecidos sobre a elaboração de relatórios.

A empresa atualmente usa as diretrizes G4 que foram apresentadas em 2013 que substituiu a última versão que era G3.1 que foi lançada em 2011. A alteração com mais impacto foi a segundo do GRI (2017) O relatório poderá conter

apenas os dados que são diretamente ligados aos impactos e negócios das companhias - mesmo que isso signifique uma pequena quantidade das diretrizes existentes.

A intenção do GRI é fazer com que os relatórios tenham um padrão de qualidade, padronização e possíveis de serem comparados

Os conteúdos do relatório de sustentabilidade podem ter dois modelos, a saber: a) De acordo essencial e b) De acordo abrangente. O padrão 'essencial' diz respeito a um relatório com conteúdos básicos, ao passo que o padrão 'abrangente' é indicado para grandes corporações.

Além do essencial e abrangente, existe outra subdivisões que são duas : Core - para empresas que definiram seu conteúdo com base em processos de materialidade, relatando o que é mais relevante para o negócio, e o: “*comprehensive*”, para quem publicar todos os 91 indicadores das diretrizes.

De acordo com GRI (2016), há princípios fundamentais para garantir a transparência no processo de relato de sustentabilidade que, devem ser observados por todas as organizações. Os princípios estão divididos em dois grupos, a saber: 1) Princípios para definição do conteúdo do relatório e 2) Princípios para assegurar a qualidade do relatório:

1) Princípios para definição do conteúdo do relatório: descrevem o processo necessário para identificar os conteúdos que devem ser incluídos no relatório, levando em conta as atividades e impactos da organização e as expectativas e interesses substanciais de seus *stakeholders*.

a) Inclusão de *stakeholders*: A organização deve identificar seus *stakeholders* e explicar no relatório as medidas que adotou para responder às expectativas e interesses razoáveis dessas partes.

b) Contexto da sustentabilidade: O relatório deve descrever o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade.

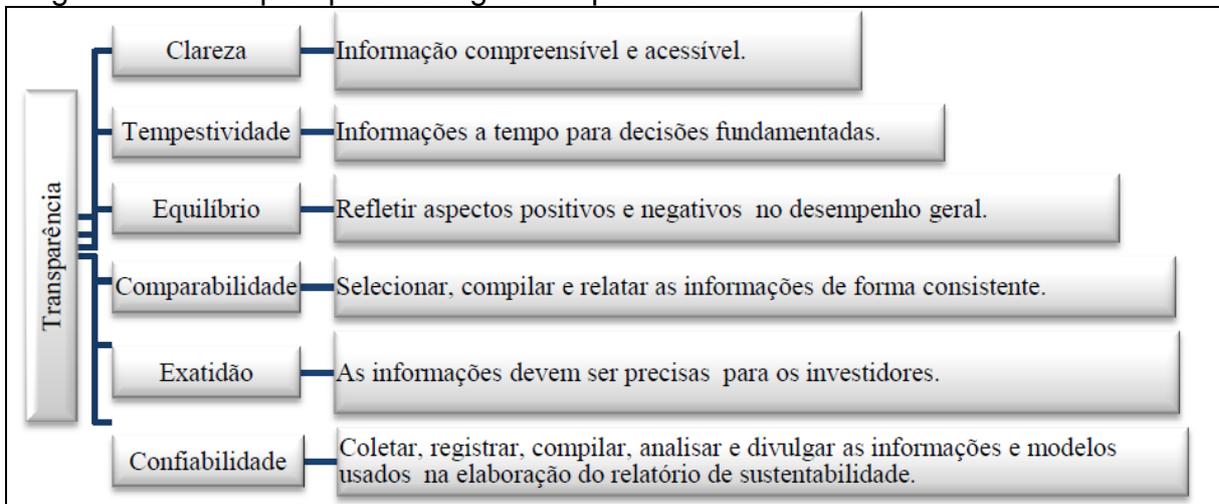
c) Materialidade: O relatório deve abordar aspectos que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos da organização; ou possam influenciar, substantivamente, as avaliações e decisões de *stakeholders*.

d) Completude: A cobertura de aspectos materiais e seus limites devem ser suficientemente amplos para refletir impactos econômicos, ambientais e

sociais significativos e permitir que *stakeholders* avaliem o desempenho da organização no período analisado (GRI, 2016).

2) Princípios para assegurar a qualidade do relatório: oferecem orientações para assegurar a qualidade das informações relatadas, inclusive da sua apresentação. A qualidade das informações permite que *stakeholders* realizem avaliações de desempenho consistentes e justas e adotem medidas adequadas. A Figura 4 apresenta os princípios que asseguram a qualidade do relatório de sustentabilidade na visão de Kumm (2016).

Figura 4 – Princípios para assegurar a qualidade do Relatório



Fonte: Kumm (2016)

A Figura 4 apresentada por Kumm (2016) ressalta a necessidade dos relatórios de sustentabilidade, atendam a determinados critérios de transparência para assegurar a qualidade das informações.

A GRI se destaca pela sua popularidade e adesão das empresas tanto no mundo quanto no Brasil. Segundo a BSD Consulting (2017), 78% dos relatórios de sustentabilidade seguem as diretrizes do GRI. No Brasil a Natura Cosméticos foi a empresa pioneira a publicar o BS seguindo as diretrizes da GRI no ano 2000, Posteriormente várias empresas também passaram a fazer uso deste modelo, tais como: Banco Real, Aracruz Celulose, Bunge, Duratex, Medley, Banco Itaú, Wal-Mart Brasil, entre outras. (ECOSSISTEMAS, 2009).

Bassetto (2010) afirma que o modelo GRI tem tido cada vez mais importância para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes, visto que ele propõe os princípios essenciais sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Sua estrutura é focada em dois pontos:

comparabilidade, que objetiva desenvolver uma estrutura paralela aos relatórios financeiros; e flexibilidade, ao considerar e acomodar as diferenças legítimas entre organizações e setores econômicos.

2.2.4 Convergências e divergências entre: Ibase, GRI e Ethos

Os três modelos apresentados possuem diferentes características, conforme apresenta o Quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores e seus respectivos modelos

Ordem	Indicador	Modelo
01	Base de Cálculo	IBASE
02	Indicadores Sociais Internos	
03	Indicadores Sociais Externos	
04	Indicadores Ambientais	
05	Indicadores do Corpo Funcional	
06	Informações Relevantes	
07	Indicadores de Desempenho Econômico	GRI
08	Indicadores de Desempenho do Meio Ambiente	
09	Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	
10	Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos	
11	Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade	
12	Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto	
13	Valores, Transparência e Governança	INSTITUTO ETHOS
14	Público Interno	
15	Meio Ambiente	
16	Fornecedores	
17	Consumidores e Clientes	
18	Comunidade	
19	Governo e Sociedade	

Fonte: Godoy (2007).

Conforme observado no Quadro 3, ao todo são seis indicadores do modelo IBASE, seis do modelo GRI e sete do modelo do Instituto Ethos. Esses apresentam subdivisões que aumentam o leque de informações em seus Balanços Sociais, sobre indicadores sociais internos, externos, econômicos e ambientais.

a) As Convergências

Os indicadores sociais, presentes nos três modelos de BS, embora com nomenclaturas diferentes, muitas vezes, equiparam-se por se tratar da mesma temática. Apresentam-se convergentes, conforme modelo Ibase, os indicadores ambientais; do corpo funcional; e, da base de cálculo e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial.

Os indicadores ambientais equiparam-se aos indicadores de desempenho do meio ambiente (GRI) e meio ambiente (Ethos). Os indicadores do corpo funcional igualam-se aos indicadores de desempenho referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente (GRI) e público interno (Ethos), que visa abordar os dados referentes aos empregados da empresa.

O indicador base de cálculo possui características dos indicadores de desempenho econômico (GRI) e valores, transparência e governança (Ethos), porém, as informações disponibilizadas no modelo Ibase relacionam-se somente a receita, resultado operacional e a folha de pagamento. O indicador informações relevantes, quanto ao exercício da cidadania empresarial (Ibase), complementa as informações de base de cálculo, equiparando-se aos indicadores citados anteriormente (GODOY, 2007).

b) As Divergências

As principais divergências, de acordo com o modelo Ibase, estão no indicador social interno e externo. Esse indicador possui algumas características que estão alocadas em outros indicadores, tanto do modelo GRI quanto do Ethos, porém possuem um maior detalhamento dos dados como, por exemplo, indicador interno de saúde que foi especificado no modelo do GRI por meio do indicador de desempenho referente às práticas trabalhistas e trabalho decente e no modelo Ethos no indicador público interno.

Em relação ao modelo Ethos, quatro indicadores possuem equivalência a três indicadores do modelo GRI, porém não possuem relação com o Ibase, são eles: fornecedor; consumidores e clientes; comunidade; e, governo e sociedade.

O indicador fornecedor possui poucas características do modelo GRI. O indicador consumidor e clientes equiparam-se ao indicador de responsabilidade sobre o produto. Os outros indicadores como comunidade, governo e sociedade, que correspondem ao indicador sociedade (Ethos) demonstram informações semelhantes, que não possuem no modelo Ibase (GODOY, 2007).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesse capítulo apresenta-se o enquadramento metodológico, classificando quanto à abordagem do problema, objetivos e procedimentos. Ademais descreve-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise de dados.

3.1 ENQUADRAMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere a análise dos dados, a pesquisa classifica-se como qualitativa. Para Richardson (1999), os estudos que usam esta metodologia podem descrever a complexidade de um problema, analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos vividos por grupos sociais. Assim, as práticas de evidenciação em sustentabilidade empresarial da empresa Natura Cosméticos foram analisados de forma qualitativa com intuito de explorar as diretrizes da *Global Reporting Initiative*.

Em relação aos objetivos este estudo caracteriza-se como descritivo, pois segundo Gil (2008), consiste em descrever as características de determinada população ou fenômeno, como também estabelecer relações entre variáveis. Desta forma esta pesquisa descreve como a empresa Natura Cosméticos evidencia as questões relacionadas às dimensões econômicas, sociais e ambientais em seu Balanço Social. Ademais, classifica-se como exploratória visto que tal tipologia de pesquisa visa “explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas” (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 81). Neste estudo, busca-se um maior aprofundamento de conceitos preliminares acerca das diretrizes da GRI, apresentando como modelo a empresa Natura Cosméticos visto ser um empreendimento reconhecido pela sociedade mundial por sua visão de sustentabilidade alinhada à estratégia do negócio, além de atingir um alto grau de aderência aos indicadores essenciais do modelo GRI.

Quanto às estratégias de pesquisa, o estudo classifica-se como documental. A pesquisa documental, para Godoy (1995), diz respeito ao exame de materiais de natureza diversa. Estes materiais podem ainda não terem recebido um tratamento analítico, ou poderão ser reexaminados, em busca de novas interpretações ou de opiniões complementares. Neste estudo, utilizou-se da

pesquisa documental para explorar o modo que a empresa Natura Cosméticos evidencia suas práticas de responsabilidade social corporativa por meio do Balanço Social pautado nas diretrizes da GRI.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados ocorreu, inicialmente, nas Diretrizes da GRI versão G4. Posteriormente escolheu-se uma empresa que utilizasse dessa metodologia de transparência socioeconômica ambiental para servir como parâmetro de pesquisa.

A empresa escolhida foi a Natura Cosmético S.A. por ter sido a pioneira em elaborar o Balanço Social no Brasil e, também, por ser reconhecida em primar em sua gestão pela transparência. Essa transparência é revelada por meio de relatórios, divulgados anualmente, nos quais expressa por meio de indicadores a correlação entre os impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelas decisões empresariais.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa documental no Relatório Anual referente ao exercício de 2015 da empresa Natura Cosmético S.A. nos cadernos de Conteúdo para formadores de opinião e de Indicadores de sustentabilidade.

Serão analisados apenas as diretrizes de conteúdo padrão específico do GRI por abordarem as dimensões: Econômico, ambiental e Social que são conhecidas como base pelo *Triple Bottom Line*. As diretrizes de conteúdo padrão não são apresentadas nesse trabalho por exibir informações que são encontradas em outros relatórios e demonstrações contábeis.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentam-se as diretrizes do GRI tomando por exemplos as informações contidas no Relatório de Sustentabilidade da empresa Natura Cosméticos S.A.

4.1 NATURA COSMÉTICOS S.A.

A empresa Natura Cosméticos S.A. possui 5 unidades industriais no país, localizadas em São Paulo (4) e no Pará (1). A empresa foi escolhida para o estudo por ter sido a pioneira no Brasil a publicar o Balanço Social seguindo as diretrizes da GRI no ano 2000.

O último relatório² publicado para consulta no sítio eletrônico da empresa, no início deste estudo, refere-se ao ano de 2015. Encontra-se disponível em duas partes, a saber: 1ª) Relatório anual 2015 – Conteúdo para formadores de opinião e 2ª) Relatório anual 2015 – Caderno de Indicadores de sustentabilidade, ambos utilizados no estudo. A primeira parte apresenta uma versão resumida do Relatório anual com a seleção de alguns fatos e resultados no ano de 2015, ao passo que a segunda parte apresenta os indicadores da gestão econômica, social e ambiental da Natura.

4.2 COMPREENDENDO AS DIRETRIZES DO RELATÓRIO GRI

As diretrizes para o relato de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI) dividem-se em dois conteúdos, os quais são: 1) Conteúdos Padrão Geral e 2) Conteúdos de Padrão Específico. Os Conteúdos de Padrão Específico contemplam informações das categorias econômica, ambiental e social, ao passo que, o de Padrão Específico não apresenta subdivisões, apenas o número referente ao assunto.

Cada diretriz é representada por três componentes: a) versão, b) classificação e, c) número correspondente ao assunto, conforme apresentada o Quadro 4.

² O marco inicial deste estudo no Relatório de Sustentabilidade se deu no mês fevereiro de 2017. Atualmente há disponível o Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2016, disponível no endereço: <http://www.natura.com.br/relatorioanual/2016>

Quadro 4 – Conteúdos das diretrizes

Conteúdo Padrão Geral	Conteúdos de Padrão Específico		
Geral	Econômico	Ambiental	Social

Fonte: Do autor (2017).

O Quadro 4 demonstra a representação das siglas diretrizes do GRI: a G4 corresponde à versão do GRI (neste exemplo a 4ª versão); EC, EN e LA aos Conteúdos de Padrão Específico para as dimensões econômica; ambiental e social, respectivamente; os números (1, 2, 3...) correspondem ao assunto abordado. Uma diretriz do Conteúdo Padrão Geral³ apresenta somente o número referente ao assunto a ser abordado. Os assuntos tratados nos Conteúdos Padrão Geral envolvem 58 temas, a saber: a) Estratégia e análise, b) Perfil organizacional, c) Aspectos materiais identificados e limites, d) Engajamento de *stakeholders*, e) Perfil do relatório, f) Governança, g) Ética e integridade. No Apêndice A encontram-se as temáticas abordadas em ambos os conteúdos. A menção às diretrizes no Relatório de Sustentabilidade são realizadas ao longo dos textos, gráficos e tabelas para demonstrar qual conteúdo e/ou dimensão se trata a informação.

4.2.1 Conteúdo Padrão Específico do Balanço Social da Natura 2015

Os Balanços Sociais da Natura, nos Conteúdos de Padrão Específico, serão analisados os indicadores das dimensões econômica, ambiental, social.

4.2.1.1 Dimensão Econômica

A Dimensão Econômica (EC), conforme apresentado na Figura 5 subdivide-se em 4 aspectos: desempenho econômico, pesquisa de mercado, impactos econômicos indiretos e práticas de compra.

³ O conteúdo padrão geral não será abordado neste estudo

Figura 5 – Dimensão Econômica e subdivisões

CATEGORIA: ECONÔMICA				
Desempenho Econômico				OCDE
G4-EC1	G4-EC2	G4-EC3	G4-EC4	
Presença no Mercado				
G4-EC5	G4-EC6			
Impactos Econômicos Indiretos				
G4-EC7	G4-EC8			
Práticas de Compra				
G4-EC9				

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

A categoria econômica, conforme figura 5 relata o fluxo de capital entre os *stakeholders* e os impactos econômicos principais da empresa sobre a sociedade na qual atua.

No item ‘Desempenho Econômico’ as Diretrizes GRI G4-EC1 até EC4 apresentam os resultados da empresa em relação ao valor econômico gerado e distribuído; aos riscos e as implicações financeiras, bem como, as oportunidades para as atividades em decorrência de mudanças climáticas; a cobertura das obrigações previstas no plano de benefícios; e, a assistência financeira recebida do governo. Como exemplo deste aspecto, apresenta-se na Figura 5 a diretriz GRI G4-EC1 da Natura que evidência a distribuição da riqueza, parte “B” da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Figura 6 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EC1

Distribuição de Riqueza (GRI G4-EC1)			
Distribuição de riqueza (R\$ milhões)	2013	2014	2015
Acionistas	854	702	352
Consultoras	4.107	4.152	4.166
Colaboradores	917	1.010	1.245
Fornecedores	5.425	5.989	6.374
Governo	1.804	1.721	2.149

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Observa-se por meio da Figura 6, a informação extraída da DVA referente à distribuição da riqueza da gerada pela Natura nos anos 2013, 2014 e 2015 aos acionistas, consultoras, colaboradores, fornecedores e governo.

No item 'Presença de Mercado', as Diretrizes GRI G4-EC5 e EC6 apresentam a variação da proporção do salário mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes e a proporção de membros da alta direção contratada na comunidade local em unidades operacionais importantes. Como exemplo deste aspecto, apresenta-se na Figura 6 a diretriz GRI G4-EC6 relativo à contratação de mão de obra local.

Figura 6 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EC6

Presença de membros de alta gerência provenientes da comunidade local - Brasil (%)¹	2013	2014	2015
Total de membros da alta gerência	159	185	169
Cajamar ²	8,2%	3,1%	1,5%
Benevides ³	100,0%	0,0%	0%
Nasp ⁴	8,2%	9,2%	0%
Lapa ⁵	N/A	N/A	22,1%

1 Membros da alta gerência são os cargos a partir de Gerente Sênior (Gestor de Negócio, Gestor de Processo e Gestor Global) para as unidades operacionais brasileiras. 2 Inclui os municípios Cajamar, Campo Limpo, Santana de Parnaíba e Várzea Paulista. 3 Inclui os municípios Benevides, Barcarena, Belém, Ananindeua e Marituba. 4 Inclui os bairros de São Paulo: Barra Funda, Jaguará, Jaguaré, Lapa, Perdizes e Vila Leopoldina. 5 No site da Lapa está alocada, temporariamente, parte dos colaboradores. Esta alocação é provisória enquanto ocorre a construção do novo site do Nasp, que receberá esses colaboradores. Seu entorno inclui os bairros Lapa, Vila Leopoldina e Barra Funda.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Observa-se por meio da Figura 7, a presença de 169 membros de alta gerência oriundos da comunidade local na qual a empresa Natura está situada.

No item 'Impactos Econômicos Indiretos', as Diretriz GRI G4-EC8 apresentam o desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, bem como os impactos econômicos indiretos significativos, inclusive a extensão dos impactos. Como exemplo deste aspecto, apresenta-se na

Figura 8 a diretriz GRI G4-EC8 relativa aos investimentos das comunidades fornecedoras da Natura.

Figura 8 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EC8

Recursos destinados (R\$ milhares)	2013	2014	2015
Fornecimento ¹	3.435	3.040	2.837
Repartição dos benefícios por acesso ao patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado ²	4.350	3.982	2.411
Apoios e infraestrutura ³	1.459	300	443
Uso de imagem ⁴	-	21	14
Capacitação ⁵	350	946	245
Serviços técnicos ⁶	-	184	139
Estudos ⁷	1.590	414	490
Total	11.184	8.887	6.579

1 Fornecimento: recursos diretos provenientes de fornecimento e compra de matéria-prima em comunidades para pesquisa. Este indicador é medido a partir da Nota Fiscal de saída de mercadorias das comunidades. 2 Repartição de benefícios: recursos diretos provenientes de repartição de benefícios pelo acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado em comunidades, alocados por obrigações contratuais da Natura. 3 Apoios e infraestrutura: inclui apoios a projetos de desenvolvimento local e infraestrutura, especialmente aqueles direcionados à eficiência e à agregação de valor nas cadeias produtivas. 4 Uso de imagem: consiste nos valores pagos pela Natura pelo uso de imagem dos membros das comunidades em materiais de divulgação institucional ou de marketing da Natura. 5 Capacitação: inclui gestão e desenvolvimento organizacional, intercâmbios técnicos, capacitações em boas práticas produtivas e de manejo, programa de saúde e segurança no trabalho. 6 Serviços técnicos: todo serviço técnico prestado por consultores externos ou contratados pela Natura junto às cooperativas/comunidades. 7 Estudos: inclui elaboração de diagnóstico, planos de gestão, planos de manejo, mapeamentos, levantamentos de informação, pesquisas de campo e pesquisa de lealdade/satisfação.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Para detalhar melhor os impactos significativos nas comunidades fornecedoras, após os dados referentes à destinação de recursos na Figura 8, a Natura explicita em forma de texto que os impactos positivos diretos à comunidade são: a geração de renda pela compra de insumos, repartição de benefícios e uso de imagem. Os impactos indiretos dizem respeito ao investimento no desenvolvimento de cadeias produtivas de maior valor agregado, o estímulo ao aumento das capacidades técnicas e das competências dos parceiros por meio das capacitações oferecidas, bem como a troca de conhecimento com outros produtores e a formação de parcerias com outras empresas. Essas ações objetivam estabelecer um modelo comercial sustentável, voltado para a sociobiodiversidade.

No item ‘Práticas de Compra’, a Diretriz GRI G4-EC9 retrata a proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes. Como exemplo deste aspecto, apresenta-se na Figura 9 a diretriz GRI G4-EC9.

Figura 9 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EC9

Compras de fornecedores das comunidades de entorno das unidades fabris¹	2013	2014	2015
Cajamar (R\$ milhões) ²	83	148	144
Itapecerica da Serra ³	1,2	0,6	-
Benevides ⁴	112	132	178
Total	197	281	322
Percentual de gastos com fornecedores do entorno em relação ao total de gastos com fornecedores (%)	4,9	7,0	6,9

1 Fornecedores locais são considerados fornecedores dos municípios de Cajamar e do estado do Pará, fornecendo para qualquer unidade Natura. 2 Para Cajamar foi considerado o total de compras com fornecedores localizados no município. 3 A unidade de Itapecerica da Serra foi desativada em maio de 2014. 4 Em Benevides, considerou-se o total de compras com fornecedores do estado do Pará, fornecendo para qualquer unidade Natura.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Observa-se por meio da Figura 9, o valor em compras realizadas junto a fornecedores dos municípios nos quais a empresa mantém suas unidades industriais, bem como o percentual de gastos dos fornecedores locais em relação ao demais.

4.2.1.2 Dimensão Ambiental

A Dimensão Ambiental (EN), conforme apresentado na Figura 10, subdivide-se em 12 aspectos que dizem respeito aos impactos da organização envolvendo: materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transportes, geral, avaliação ambiente de fornecedores e mecanismos de queixas e reclamações relativas a impactos ambientais.

Figura 10 - Dimensão Ambiental e subdivisões

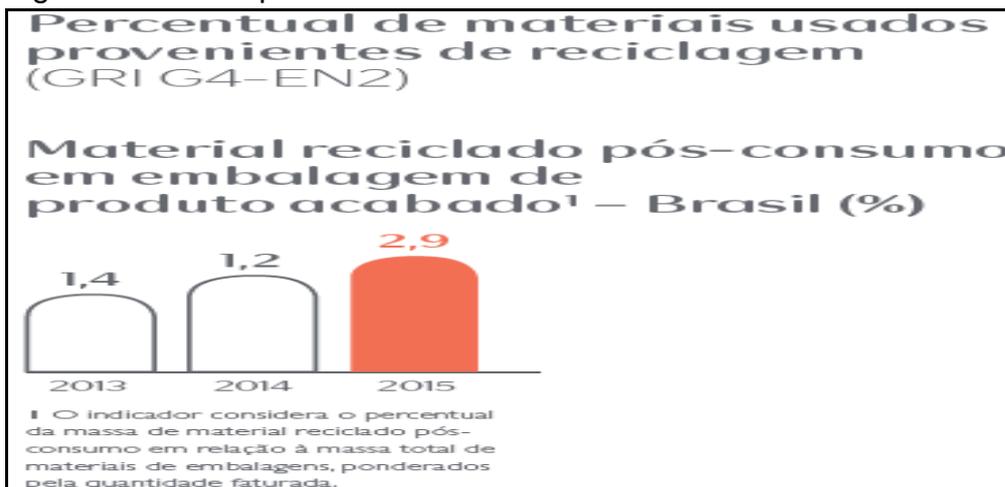
CATEGORIA: AMBIENTAL					OCDE/UNGC	CATEGORIA: AMBIENTAL					OCDE/UNGC
Materiais						Produtos e Serviços					
G4-EN1	G4-EN2					G4-EN27	G4-EN28				
Energia						Conformidade					
G4-EN3	G4-EN4	G4-EN5	G4-EN6	G4-EN7		G4-EN29					
Água						Transportes					
G4-EN8	G4-EN9	G4-EN10				G4-EN30					
Biodiversidade						Geral					
G4-EN11	G4-EN12	G4-EN13	G4-EN14			G4-EN31					
Emissões						Avaliação Ambiente de Fornecedores					
G4-EN15	G4-EN16	G4-EN17	G4-EN18	G4-EN19		G4-EN32	G4-EN33				
G4-EN20	G4-EN21					Mecanismos de Queixas e reclamações Relativas a Impactos Ambientais					
Efluentes e Resíduos						G4-EN34					
G4-EN22	G4-EN23	G4-EN24	G4-EN25	G4-EN26							

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

O item “materiais” está relacionado a todo material usado pela empresa, e qual deles são reciclados e não são reciclados. As Diretrizes são GRI G4-EN1 e G4-EN2.

Na Diretriz GRI G4-EN1, a empresa deve relatar materiais reciclados e não reciclados, discriminados por tamanho e peso. Na Diretriz GRI G4-EN2 deve-se descrever o percentual de material consumido pela empresa bem como o encaminhado para reciclagem conforme demonstra a Figura 11.

Figura 11 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN2



Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Na Figura 11, a Natura apresenta de forma gráfica o material reciclado pós-consumo em embalagem de produto acabado. A empresa cita a embalagem como material utilizado na análise que posteriormente é destinada para a reciclagem. Nota-se que em, seguida ao gráfico há um texto explicativo sobre a forma de cálculo deste tópico.

O item “Energia”, Diretrizes GRI G4-EN3 até a G4-EN7, aborda-se quanto a empresa gasta e as ações de minimizar o uso deste recurso, além de mencionar a existência de metas para consumo.

Na diretriz G4-EN3 as fontes primárias que a empresa utilizou durante os três últimos exercícios (2013, 2014, 2015), o tipo de fonte, renovável ou não renovável e o consumo como demonstra a Figura 12.

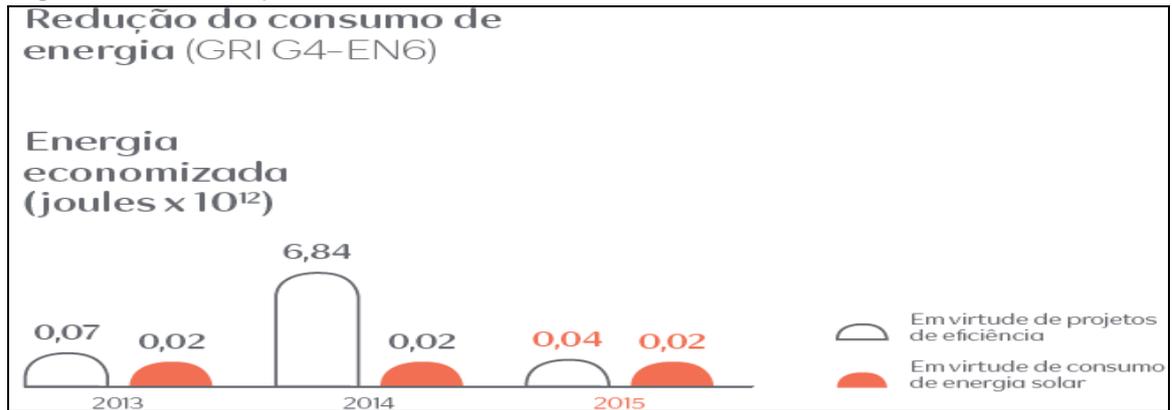
Figura 12 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN3

Consumo de energia dentro da organização (GRI G4-EN3)				
Consumo direto e indireto de energia, segmentado por fontes primárias (Tj)¹	Tipo de Fonte	2013	2014	2015
Energia solar	Renovável	0,02	0,02	0,02
Óleo diesel utilizado nos geradores	Não renovável	7	6	3,27
Consumo de GLP	Não renovável	7	6	7,10
Eletricidade	Renovável	167	197	205,71
Consumo de Álcool ²	Renovável	36	32	38,65
Consumo de óleo BPF	Não renovável	-	-	-
Consumo de briquete ³	Renovável	29	33	33,12
<small>I Consumo referente à matriz energética Natura: Cajamar, Benevides, Centros de Distribuição e apoios administrativos Nasp, Centro de Serviços Compartilhados (CSC) e escritórios regionais. 2 Combustível renovável utilizado na produção de vapor de Cajamar. 3 Substituição total da caldeira de BPF por biomassa em Benevides, como uma das ações de redução de consumo de combustíveis fósseis.</small>				
Consumo de energia total, por fonte (GRI G4-EN3) (Tj)		2013	2014	2015
Combustíveis não renováveis		14,0	11,8	10,38
Combustíveis renováveis		232,6	262,2	277,49
Total de combustíveis		246,6	274,0	287,87
Consumo de energia total (GRI G4-EN3) (Tj)		2013	2014	2015
Eletricidade		174,2	203,1	208,98
Aquecimento		0,00	0,00	0,00
Refrigeração ¹		0,00	0,00	0,00
Vapor ²		2,3	66,1	74,80
Total de energia		176,5	269,2	283,78

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Por meio da Figura 12, observa-se o tratamento dado pela Natura ao recurso energia. A Diretriz GRI G4-EN6, representada na Figura 13, dispõe sobre a redução de energia obtida pela empresa.

Figura 13 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN6



Nota-se por meio da Figura 13 que a Natura obteve economia energética através da prática de projetos de eficiência.

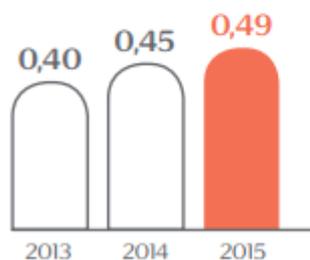
No item “Água”, nas Diretrizes de GRI G4-EN8 até a G4-EN10, a Natura relata o consumo anual e seus procedimentos. Na Diretriz GRI G4-EN8 está relacionado ao consumo de água por fonte e quantidade utilizada conforme Figura 14.

Figura 14 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN8

ÁGUA

Total de água retirada por fonte (GRI G4-EN8)

Consumo de água (l/un produzida)



Consumo de água por espaço (l/un. produzida)	2013	2014	2015
Sites Natura ¹	148.267	174.045	177.866
Outros espaços ²	59.695	60.356	52.826
Fornecedores terceiros Natura ³	82.897	60.299	63.027
Consumo total de água	290.859	294.700	293.719
<small>1 Sites industriais: Cajamar e Benevides. 2 Sites administrativos e de logística: Nasp, Lapa, centros de distribuição e hub Itupeva. 3 Fabricam produtos acabados em nome da Natura. O controle do consumo de água se dá nos principais terceiros (90%).</small>			
Total de água retirada por fonte ¹ (GRI G4-EN8) (m ³)	2013	2014	2015
Água de superfície (rios, lagos, áreas úmidas, oceanos)	0	0	0
Água subterrânea	149.601	174.045	177.866
Águas pluviais diretamente coletadas e armazenadas pela organização	1.062	0	0
Efluentes de outra organização	0	0	0
Concessionária/empresa de abastecimento	18.999	30.960	20.872
Total	169.661	205.006	198.738
<small>1 Considera as unidades de Cajamar e Benevides, Nasp e Lapa. Não é possível informar as fontes utilizadas nos centros de distribuição, hub Itupeva e nos fornecedores terceiros, em decorrência da variação da variação das fontes de captação.</small>			

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Como pode-se observar, a Figura 14 traz o consumo de água da empresa em geral, depois no quadro o consumo de água por espaço, junto com um texto especificando cada espaço, e assim finalizando com outro quadro mostrando o total de água retirado por fonte dos anos de 2013,2014,2015.

Na Diretriz GRI G4-EN10 é apresentado o quanto a empresa recicla a água e quanto ela é reutilizada, conforme apresenta a Figura 15.

Figura 15 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN10

Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada (GRI G4-EN10)			
Volume de água reciclada e reutilizada	2013	2014	2015
Água reciclada ¹ e reutilizada ² (m ³)	79.366	99.586	82.972 ⁵
Percentual de água reciclada sobre o total de água tratada na estação de tratamento de efluente ³ (%)	42	61	45
Percentual de água recuperada sobre o total de água retirada ⁴ (%)	54	67	59
<small>1 Proveniente dos efluentes sanitários e industriais gerados pelo site de Cajamar e que após o processo físico-químico e biológico na estação de tratamento de efluente é utilizada para limpeza, jardinagem, sanitários e outras utilidades. 2 Água que retorna do processo produtivo de Cajamar e é aproveitada no sistema de água potável. 3 Percentual refere-se ao volume de água reciclada, proveniente do tratamento de efluentes, comparado ao total de água tratada na estação de Cajamar. 4 Os dados de reúso e reciclagem referem-se ao volume de água reciclada e reutilizada. Em Cajamar, o percentual de reúso ficou maior devido ao alto consumo de água reciclada. 5 Em 2015, tivemos uma redução no percentual do volume de água reciclada e reutilizada. Esse fato ocorreu devido ao período de chuvas, quando não houve necessidade de irrigação dos jardins. Utilizamos água de reúso em outros sites como no CD São Paulo e no hub Itupeva, mas o aumento não foi significativo.</small>			

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Na Figura 15, pode-se notar o volume da água total reciclada e reutilizada. Ademais apresenta o percentual de água recuperada pela empresa anos de 2013, 2014 e 2015.

O item “Biodiversidade”, Diretrizes GRI GA-EN11 até a G4-EN14, diz respeito às informações relacionadas a área ocupada pela empresa e a área preservado Na diretriz “G4-EN13” é tratado sobre os *habitats* protegidos ou restaurados conforme apresentado na Figura 16.

Figura 16 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN13

Habitats protegidos ou restaurados (GRI G4-EN13)				
				2015
Área/Projeto	Tamanho (hectares)	Localização	Condições da área	Parcerias (para proteger ou restaurar)
Plano de Manejo	13,3	Cajamar	Plano de manejo finalizado e aprovado pelo órgão ambiental. É realizada a manutenção da área por especialistas	Não
		Nasp	Sem projetos definidos	Não
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (Prad)	4	Ecoparque ¹	Realizado nas Áreas de Proteção Permanente (APP) e contempla áreas de mata ciliar, visando sua recuperação	Não

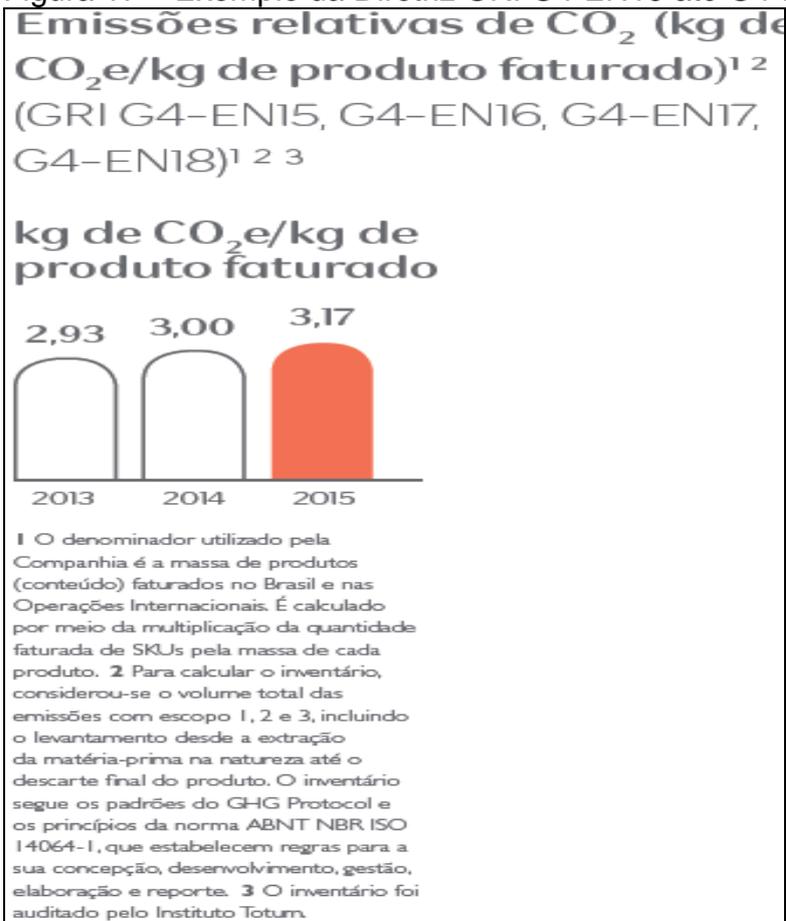
¹ A unidade que mantinha nossa antiga fábrica em Benevides foi desativada após a inauguração do Ecoparque e o terreno foi devolvido ao proprietário.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

A Figura 16 apresenta os *habitats* protegidos ou restaurados pela Natura, contemplando informações como: área, localização, tamanho, condições e possíveis parcerias para recuperação.

No item “Emissões”, as Diretrizes GRI G4-EN15 até G4-EN19 tratam das emissões de gases, diretas e indiretas, e quais os procedimentos para reduzi-las, conforme demonstrado na Figura 17.

Figura 17 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN15 até G4-EN18.



Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Na Figura 17 a empresa representa por meio gráfico quantidade de CO₂ emitida na atmosfera com um breve relato do cálculo desta informação.

A Figura 18 e 19 apresentam as Diretrizes GRI G4-EN15, GRI G4-EN16 com a representação dos Gases de Efeito Estufa (GEE) emitidas pela empresa.

Figura 18 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN15, GRI G4-EN16.

Emissões na cadeia de valor (t) (GRI-G4EN15, G4-EN16) ^{1 2}			
	2013	2014	2015⁴
Extração e transporte de matérias-primas e embalagens (processo e transporte até fornecedores diretos)	138.947	141.574	127.788
Fornecedores diretos (processo e transporte à Natura)	34.502	35.154	31.731
Processos industrial e internos	27.577	29.325	18.557
Venda de produtos (transporte e distribuição)	52.299	49.593	66.749 ³
Uso de produtos e descarte de embalagens	75.127	76.680	76.442
Total geral (t)	328.452	332.326	321.267

1 Para os cálculos foram considerados todos os gases de GEE. 2 Para calcular o nosso inventário, consideramos o volume total das nossas emissões com escopo 1, 2 e 3. Nosso inventário segue os padrões do GHG Protocol e os princípios da norma ABNT NBR ISO 14064-1, que estabelecem regras para a sua concepção, desenvolvimento, gestão, elaboração e reporte. Em 2015, o relatório foi auditado pelo Instituto Totum. 3 Tivemos uma piora na performance de eficiência na distribuição, o que acarretou em aumento das emissões. 4 Em 2015, as emissões de GEE do Inventário Natura cresceram num patamar superior ao faturamento de produtos, pois o volume deste ficou abaixo do estimado. Com isso, alcançamos uma emissão relativa de 3,17 kg CO₂ e por kg de produto, que representa um aumento de 5,8% em relação à emissão relativa registrada em 2014. As emissões absolutas (Escopo 1, 2 e 3) ficaram num patamar inferior ao de 2014.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Figura 19 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17.

Emissões diretas de gases de efeito estufa. Emissões indiretas de gases de efeito estufa provenientes da aquisição de energia. Outras emissões indiretas de gases de efeito estufa (GRI G4-EN15, G4-EN16, G4-EN17) ^{1 2}			
	2013	2014	2015
Emissões diretas de GEE (Escopo 1)	2.289	1.635	4.156 ³
Emissões diretas biogênicas (provenientes da queima ou biodegradação de biomassa)	9.258	8.826	9.347
Emissões indiretas de GEE e Energia (Escopo 2)	5.398	8.371	7.909
Outras emissões indiretas de GEE (Escopo 3)	320.765	322.319	309.202 ⁴
Emissões indiretas biogênicas de CO ₂ em toneladas métricas de CO ₂	8.787	8.921	10.746 ⁵
Total (t)	328.452	332.325	321.267

1 Para os cálculos foram considerados todos os gases de GEE. 2 Para calcular o nosso inventário, consideramos o volume total das nossas emissões com escopo 1, 2 e 3. Nosso inventário segue os padrões do GHG Protocol e os princípios da norma ABNT NBR ISO 14064-1, que estabelecem regras para a sua concepção, desenvolvimento, gestão, elaboração e reporte. Em 2015, o relatório foi auditado pelo Instituto Totum. 3 O aumento das emissões em relação a 2014 deve-se à operação de produção de sabonetes que anteriormente era feita em fornecedores terceiros (escopo 3). 4 A variação das emissões em relação a 2014 deve-se, principalmente, ao menor faturamento de produtos em relação ao planejado. 5 Parte do aumento está relacionada à alteração da % de biodiesel no diesel e do etanol na gasolina. Parte está associada ao próprio consumo de etanol e de gasolina na etapa de distribuição dos produtos.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

As Figuras 18 e 19 apresentam informações relativas às Diretrizes GRI G4 - EN15 até EN17 que tratam sobre a emissão de GEE pela Natura, de forma direta ou indireta, qual a quantidade e o cálculo que originou esses dados. Ademais explicam neste item os motivos pelos quais a empresa obteve aumento nas emissões de gases.

Nos itens “Efluentes e Resíduos” as Diretrizes GRI G4-EN22 até G4-EN26 apresentam como a Natura trata o descarte de água, conforme demonstrado nas Figuras 20 e 21.

Figura 20 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN22 e G4-EN26

Descarte total de água, discriminado por qualidade e destinação. Proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats (GRI G4-EN22, G4-EN26)				
Efluente tratado em Cajamar (mg/l)	Parâmetro legal	2013	2014	2015
DBO ¹	60	48	20	13,3
DQO ²	150	110	65,68	55,1
Óleos e graxos	120	39	17	18,4
Efluente tratado em Benevides (mg/l)³	Parâmetro legal	2013	2014	2015
DBO ¹	60	206	142	A antiga unidade industrial de Benevides foi desativada em outubro de 2014 e o terreno devolvido ao proprietário.
DQO ²	150	312	414	
Óleos e graxos	120	9	6	
Efluente tratado em Benevides (Ecoparque) (mg/l)⁴	Parâmetro legal	2013	2014	2015
DBO ¹	-	-	7	10,9
DQO ²	-	-	64	55,9
Óleos e graxos	-	-	1	7,0

1 DBO – demanda biológica de oxigênio. 2 DQO – demanda química de oxigênio. 3 Refere-se à antiga unidade industrial de Benevides, desativada em outubro de 2014. 4 Refere-se ao Ecoparque, com operação desde abril de 2014.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Figura 21 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN22 e G4-EN26

Descarte total de água (GRI G4-EN22, G4-EN26)							
Descarte total de água, por qualidade e destinação	Volume (m ³)			Treatmento	Qualidade da água e método de tratamento	Destinação	Será reutilizada por outra organização?
	2013	2014	2015	2015	2015	2015	2015
Cajamar	115.489	110.829	129.041	Sim	Lodo ativado	Reúso e descarte no rio	Não
Benevides - Ecoparque	-	-	4.261	Sim	Jardim filtrante	Descarte no rio	Não
Benevides	1.388	11.838	A antiga unidade industrial de Benevides foi desativada em outubro de 2014 e o terreno devolvido ao proprietário				
Nasp ¹	15.296	28.163	17.849	Não	N.A.	Rede municipal	Não

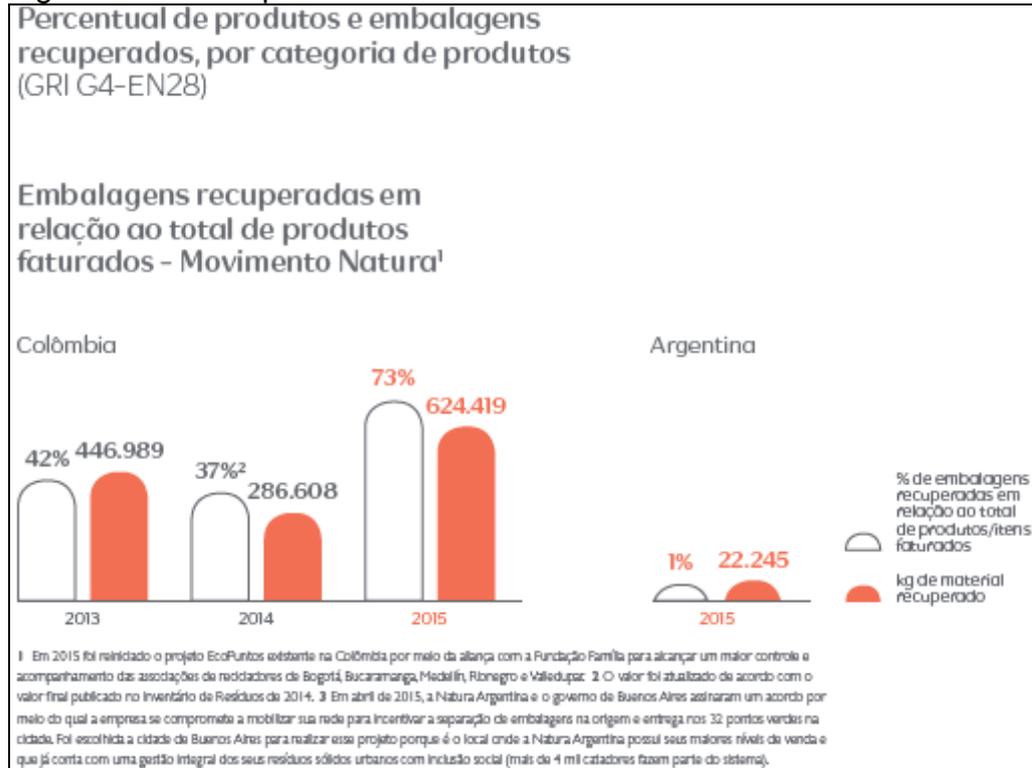
1 O Nasp possui apenas efluente doméstico, coletado por sistema de esgoto da Sabesp. Como não há medidores, adota-se o mesmo volume de consumo de água como volume de efluentes.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

As Figuras 20 e 21 abordam o descarte total de água, sua qualidade e destinação nos anos 2013, 2014, 2015, apresentando o tratamento, a qualidade da água encontrada, seu destino e a possibilidade de reutilização ou não.

No item de “Serviços” as Diretrizes GRI G4-EN27 e G4-EN28 tratam sobre redução nos pontos negativos ambientais envolvendo seus serviços. A Diretriz G4-EN28 da Natura aborda o percentual de produtos e embalagens recuperados comparando os produtos vendidos, separando em cada categoria, conforme Figura 22.

Figura 22 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN28



Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Pode-se observar na Figura 22, as embalagens recuperadas em relação ao faturamento da Colômbia em 2013, 2014 e 2015. Na Colômbia é explicado que houve um projeto chamado “Ecopuntos” e na Argentina foi mostrado o ano de 2015, pois foi o ano em que Buenos Aires teve uma campanha para separar embalagens com 32 pontos verdes na cidade.

No item de “Conformidade” que trata sobre multas por infração ambiental, Diretriz GRI G4-N29, a empresa Natura menciona em seu relatório que “não houve multas ou sanções monetárias em assuntos ambientais em 2015.”

No item “Transportes” a Diretriz GRI G4-N30 trata como a empresa lida com os impactos ambientais referente aos transportes e suas emissões de gases. A Natura apresenta essas informações conforme a Figura 23.

Figura 23 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN30

Impactos ambientais significativos referentes a transporte de produtos e de trabalhadores (GRI G4-EN30)				
Emissões de CO₂ com transportes¹		2013	2014	2015
Logística	Transporte de produtos	52.299	49.593	50.395
	Exportação de produtos	11.643	10.951	16.353
	Transporte de resíduos	184	219	204
Transporte de colaboradores	Fretado	2.142	2.229	2.079
	Veículo força de vendas	492	577	457
	Veículo executivos	617	449	331

1 Para calcular o inventário, o volume total das emissões foi considerado com escopo 1, 2 e 3, incluindo o levantamento desde a extração da matéria-prima na natureza até o descarte final do produto. O inventário segue os padrões do GHG Protocol e os princípios da norma ABNT NBR ISO 14064-1, que estabelecem regras para a sua concepção, desenvolvimento, gestão, elaboração e reporte. O inventário foi auditado pelo Instituto Totum.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Nota-se na Figura 23 que as emissões na parte de logística e transporte de colaboradores sendo separa em cada tipo de específicos nos anos de 2013, 2014 e 2015. Posteriormente relata como foi obtido esses resultados.

A dimensão “Geral”, Diretriz GRI G4-EN31 diz respeito aos gastos e investimentos empresariais em obras ou cuidados ambientais. A empresa Natura não expressa essa diretriz em seu relatório e não apresenta nenhuma motivo por não usa-la.

No item “Avaliação Ambiente de Fornecedores”, as Diretrizes GRI G4-EN32 e G4-EN33 tratam sobre a relação da empresa com os fornecedores e se há solicitação de algum critério ambiental para a relação de parceria. A Natura apresenta o percentual de fornecedores contratados com base em critérios ambientais, conforme demonstra a Figura 24.

Figura 24 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN32

Avaliação ambiental de fornecedores			
Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais (GRI G4-DMA, G4-EN32)¹	2013	2014	2015
Total de fornecedores que foram considerados para contratação	1.871	1.876	1.719
Total de fornecedores contratados com base em critérios ambientais	43	42	39
% de fornecedores contratados com base em critérios ambientais	2,3	2,2	2,3

1 O volume de novos fornecedores nas categorias passíveis de avaliação e monitoramento quanto a critérios ambientais, trabalhistas, de impacto na sociedade e direitos humanos é baixo quando comparado ao total de novos fornecedores da Natura, ficando em torno de 2,3%. No entanto, essas categorias representam 74% de todo o volume de compras da Natura.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

A Figura 24 apresenta o número de novos fornecedores que a Natura escolheu em base de critérios ambientais.

O último item relativo à dimensão ambiental “Mecanismos de Queixas e Reclamações Relativas a Impactos Ambientais” Diretriz GRI G4-EN34 trata sobre reclamações ou denúncias tanto de órgãos ambientais como da comunidade. O modo como a Natura apresenta essas informações consta na Figura 25.

Figura 25 – Exemplo da Diretriz GRI G4-EN34

Mecanismos de queixas e reclamações relativas a impactos ambientais			
Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais (GRI G4-EN34)			
	Queixas e reclamações relativas a impactos ambientais registradas	Queixas e reclamações endereçadas	Queixas e reclamações
2013	5	5	5
2014	20	20	20
2015	20	20	20

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Conforme a Figura 25 a Natura apresenta o mecanismos de queixas e reclamações relativas a impactos ambientais sendo dos anos 2013,2014 e 2015. No relatório de sustentabilidade não consta os motivos das queixas e reclamações.

4.2.1.3 Dimensão Social

A Dimensão Social (LA), conforme apresentado na Figura 26 subdivide-se em 6 aspectos: Emprego, Relação Trabalhista; Saúde e Segurança no Trabalho; Treinamento e Educação; Diversidade e Igualdade de Oportunidades; e, Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens.

Figura 26 – Dimensão Social e subdivisões

CATEGORIA: SOCIAL				
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE OCDE/UNGC				
Emprego				
G4-LA1	G4-LA2	G4-LA3		
Relações Trabalhistas				UNGC
G4-LA4				
Saúde e Segurança no Trabalho				OCDE
G4-LA5	G4-LA6	G4-LA7	G4-LA8	
Treinamento e Educação				OCDE
G4-LA9	G4-LA10	G4-LA11		
Diversidade e Igualdade de Oportunidades				
G4-LA12				
Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens				
G4-LA13				

Fonte: 2017 (modelo GRI)

No item “Emprego”, as Diretrizes GRI G4-LA1 até G4-LA3 abordam sobre os empregos que a empresa consegue gerar e os benefícios oferecidos para seus empregados. A Figura 27 apresenta a Diretriz GRI G4-LA2 na qual a Natura relata os benefícios oferecidos para empregados de tempo integral.

Figura 27 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA2

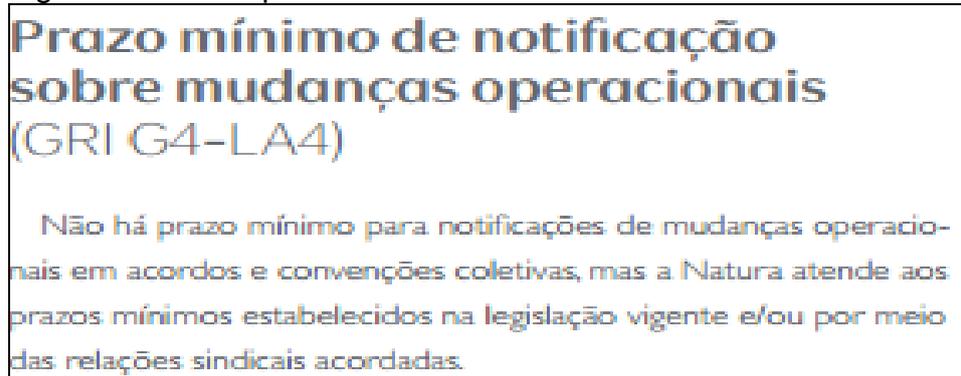
Comparação entre benefícios a empregados de tempo integral e temporários (GRI G4-LA2)		
Público	Benefício	Descrição
Todos os colaboradores da Operação Brasil	Programa de Ergonomia	Busca o ajuste confortável e produtivo do trabalhador ao seu local e às suas condições de trabalho, a partir das adaptações necessárias.
	Serviço social	Espaço de discussão, compreensão e resolução das questões de ordem social dos colaboradores.
	Programa de ginástica laboral	Estimula a qualidade de vida e a saúde também no ambiente de trabalho, reduzindo doenças associadas ao estresse.
	Programa Gestão de Crônicos	Para colaboradores e familiares com doenças crônicas.
	Descontos na compra de produtos	Desconto de 40% na compra de até cinco produtos Natura por mês.
	Programa Mulher	Acompanhamento com equipe médica específica durante gestação, <i>upgrade</i> de plano médico e acompanhamento psicológico pós-parto.
	Auxílio-creche e auxílio especial	Para custeio de despesas com educação de crianças com deficiência.
	Seguro de vida	Disponível a todos os colaboradores do Brasil.
	Transporte	Veículos para colaboradores de nível gerencial sênior e acima e cota de combustível para nível gerencial sênior e acima.
	Estacionamento	Disponível em Cajamar, Nasp e Alphaville.
	Convênio-farmácia	Desconto em medicamentos para todos os colaboradores e pagamento via folha de pagamento.
	Transporte fretado gratuito	140 linhas de ônibus fretado sem custo para os colaboradores.
	Projeto Corredores	Treinos de corrida e caminhada com acompanhamento especializado em parques (Villa-Lobos, Ibirapuera, Alphaville e Cajamar).
	Venda de material escolar	Com desconto e parcelamento em folha.
	Clube Natura	Fitness, piscina (extensivo para familiares, inclusive nos fins de semana), aula de dança, torneios de futebol e quadra poliesportiva (Cajamar).
	Espaço Bem-Estar	Massagem, cabeleireiro, depilação e manicure com preços diferenciados.
	Serviços e facilidades	Costureira, lavanderia, sapataria, óptica, seguros, correio e locadoras de livros e de vídeos (Cajamar).
	Parcerias	Descontos e/ou facilidades para colaboradores (academia de ginástica, eletrodomésticos, agência de viagem, panetones, cinemas e parques temáticos).
	Presentes	Presentes para as mães dos colaboradores, para mães colaboradoras e para os pais colaboradores e brinquedos para filhos de colaboradores no Natal.
	Reconhecimento por tempo de casa	Celebração e presente para colaboradores a partir do quinto ano de atuação na Natura. Reconhecimento acontece de cinco em cinco anos.
Natura Educação	Bolsas de estudos para colaboradores e seus familiares.	
Berçário	Com subsídio integral para crianças com idade até 2 anos e 11 meses.	
Adoção	Apoio nos processos de adoção.	
Planos de saúde e odontológico	Plano de assistência médica, sem custo fixo para o colaborador, e plano de assistência odontológica. Também oferecemos <i>check-up</i> para colaboradores a partir do nível gerencial.	
Reembolso parcial de despesas com medicamentos	Para doenças cardiovasculares, diabetes, insuficiência renal, oncologia, doenças hepáticas, distúrbios neurológicos, doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho e alterações psiquiátricas.	
Público	Benefício	Descrição
Todos os colaboradores da Operação Brasil	Telemedicina	Eletrocardiograma por telefone nos casos de emergência.
	Saúde em Movimento	Programa de incentivo à atividade física. Inclui avaliação médica, nutricional e do orientador físico antes do início das atividades.
	Subsídio para academia	Para as gerentes de relacionamento e as gerentes de vendas.
	Produtos gratuitos	Cinco produtos por mês gratuitos para colaboradores de nível gerencial e diretores.
	Cesta de Natal	Para todos os colaboradores.
	Espaço Saúde	Atendimento médico assistencial de emergência, fisioterapia, RPG, ginecologia e obstetria, acupuntura, ortopedia, nutrição e psicologia.
	Programa de Apoio Pessoal	Oferece apoio pessoal nas esferas financeira, psicológica, jurídica etc.
	Restaurante no site Ecoparque	O restaurante Ecoparque atende os colaboradores do site, os colaboradores de outras localidades que estiverem em atividade laborativa e prestadores de serviço, em cujo contrato conste que o serviço de alimentação é de responsabilidade da Natura.
	Eventos Tempo de Casa e Momento Família	Realizado em Cajamar.
	Unificação da Festa de Final de ano	Unificação da festa de final de ano para colaboradores das categorias funcionais operacional e administrativo.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Na Figura 27 pode-se observar que a Natura oferece 35 benefícios para seus empregados que trabalham em tempo integral, qual o tipo de benefício e uma descrição detalhada de cada um para melhor entendimento.

No assunto “Relação Trabalhista”, Diretriz GRI G4-LA4, é retratado como a empresa age em relação à área trabalhista da empresa. A Natura relata o prazo mínimo de notificação sobre alguma mudança operacional e se elas são realizadas por meio de acordos coletivos conforme apresenta a Figura 28.

Figura 28 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA4



Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Na Figura 28 pode-se notar que a empresa não tem traz nenhuma notificação sobre mudanças operacionais que ocorrem na empresa.

Em “Saúde e Segurança do trabalho”, as Diretrizes GRI G4-LA5 até G4-LA8 buscam demonstrar como a empresa trata a saúde de seus funcionários e a segurança de trabalho na empresa. A Natura apresenta nesta diretriz os tipos de taxas de lesões, doenças, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho sendo discriminados por região e gênero que ocorrem na empresa, conforme Figuras 29 e 30.

Figura 29 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA6

Taxas e números de saúde e segurança na Operação Brasil ¹						
	2013		2014		2015	
	Colaboradores	Terceiros Residentes ²	Colaboradores	Terceiros Residentes ²	Colaboradores	Terceiros Residentes ²
Taxa de frequência de doenças ocupacionais %	0	0	0	0	0,2	0
Dias perdidos – acidentes ^{3 4}	298	113	186	134	212	329
Taxa de dias perdidos – acidentes	26,2	23,31	17,04	23,74	19,81	38,23
Taxas de lesões (acidentes com e sem afastamento) ⁵	1,32	3,09	1,83	5,67	1,21 ²	4,42
Número total de óbitos	0	0	0	0	0	0

1 Estão considerados, em 2015, os acidentes registrados com colaboradores nas unidades de Cajamar, E-Business, centros de distribuição, hub Itupeva, Nasp e Ecoparque. Não foram incluídas pequenas lesões, que requerem apenas primeiros socorros. 2 Estão considerados os nossos prestadores de serviços "residentes" nas unidades de Cajamar, E-Business, centros de distribuição, hub Itupeva, Ecoparque e Nasp. 3 No caso de dia perdido, considera-se aquele em que o colaborador não retorna à sua atividade até o dia de trabalho seguinte após a ocorrência, sendo contados os dias corridos a partir dessa data. 4 Total de horas programadas: consideram-se 8 horas/dia x dias úteis previstos no período. 5 Equivale ao número de acidentes com e sem afastamento dividido por milhão de horas-homens trabalhadas (HHT).

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Figura 30 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA6

Investimento em saúde e segurança			
	2013	2014	2015
Investimento na prevenção de acidentes por colaborador (R\$ mil) ¹	1.009	1.200	1.068
Investimento na prevenção de doenças (R\$ mil) ²	1.407	2.905	2.661

1 O investimento na prevenção de acidentes inclui todo o orçamento do Departamento de Segurança do Trabalho e as despesas e os investimentos realizados pelas áreas de Engenharia e de Manufatura para a garantia e/ou melhoria de condições de segurança ou conforto no trabalho. Não estão incluídos os gastos com treinamentos (ficam sob a responsabilidade da área de RH/Educação & Desenvolvimento). 2 O investimento em prevenção em 2015 foi composto pelo programa de acompanhamento de crônicos, programa de ergonomia, ginástica laboral, especialidades no ambulatório como psicologia, fisioterapia, acupuntura e ortopedia, programa de acompanhamento de gestantes e nutrição. Em 2015, a Natura realizou pela primeira vez, a campanha de vacinação contra gripe e passou a incluí-la em seu programa.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Pode-se observar na Figura 30 as informações que estão relacionadas com a área de saúde na empresa, separadas por colaboradores e terceiros residentes. A Figura 31 demonstra o investimento da Natura na saúde e segurança de seus empregados nos anos de 2013, 2014 e 2015 e logo após um texto detalhando seus investimentos realizados.

No item “Treinamento e Educação”, as Diretrizes GRI G4-LA9 até G4-LA11 relata o número médio de horas de treinamento realizado pelos empregados da organização durante o período coberto pelo relatório, discriminado por Gênero e categoria funcional; o tipo e escopo de programas implementados e da assistência prestada para aperfeiçoar as habilidades de empregados; os programas de transição

oferecidos para facilitar a continuidade da empregabilidade em caso de aposentadoria ou de rescisão de contrato de trabalho; o percentual do total de empregados, discriminados por gênero e categoria funcional, que receberam avaliação regular de desempenho e de desenvolvimento de carreira. Em relação a este item, a Natura apresenta quantas horas de treinamento e educação a cada funcionário recebe por ano conforme Figura 31.

Figura 31 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA9

Treinamento e educação									
Média de horas de treinamento (h/colaborador) - Brasil (GRI G4-LA9) ^{1,2,3}	2013			2014			2015		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
Operacional	128	111	141	109	101	115	73	68	76
Administrativo	73	63	107	61	54	82	33	26	55
Gerência	65	65	66	31	34	27	24	26	21
Diretoria	31	36	28	15	21	12	12	19	9
Média de horas	96	78	123	78	66	95	49	38	64
Jovem aprendiz ⁴	-	-	-	-	-	-	34	34	34
Estagiário ⁴	-	-	-	-	-	-	74	74	74

1 Não inclui colaboradores afastados por licença não remunerada sem encargos. Parâmetros de composição da média de horas: Administrativo - todos os colaboradores do subgrupo (GS8 a GS 15) e colaboradores dos subgrupos Operacional Indireto, Instituto Natura, trainees e força de vendas (GR e GV). Operacional - todos os colaboradores do subgrupo Operacional Gerencial - todos os colaboradores do subgrupo Gts. Administrativo GS16 ao GS21, incluindo o GSA e o GSB dos Gts Científicos. Diretoria - todos os colaboradores do subgrupo Diretores GS22 ao GS30, incluindo os GSC do dir. científicos. Não considera o presidente do Conselho de Administração e o diretor-presidente. 2 A Natura não disponibiliza orçamento e estratégia de educação para o público de terceiros. 3 As horas de treinamento referem-se aos treinamentos aplicados em 2015 e também podem conter treinamentos realizados em anos anteriores e que foram inseridos no sistema em 2015. 4 A Natura investe em Programas de Desenvolvimento para Estagiários e Jovens Aprendizes, com aplicação de treinamentos comportamentais e técnicos com o objetivo de desenvolver e preparar o jovem para desempenhar suas atividades, porém por uma revisão de conceito, estas horas não serão consideradas na média geral.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Na Figura 31, observa-se as informações de treinamento e educação por setor da organização divididos por gênero dos anos de 2013, 2014, 2015. Os dados informados pela Natura não incluem colaboradores afastado por licença não remunerada. A empresa não possui orçamento e estratégias de educação para terceiros porém realiza investimentos em programas de desenvolvimentos para estagiários e jovens aprendizes.

No item “Diversidade e Igualdade de Oportunidade” a Diretriz GRI G4-LA-12 demonstra a composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade. O modo como a Natura apresenta essas informações consta na Figura 32.

Figura 32 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA12

	2013	2014	2015
Composição dos grupos responsáveis pela governança e discriminação de empregados por categoria funcional - Brasil (GRI G4-LA12)			
Mulheres (%)^{1 2}			
Em relação ao total de colaboradores	59	59	58
Em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais	56	56	56
Em cargos de liderança (diretorias e acima) em relação ao total de cargos de liderança	33	36	33
Acima de 45 anos (%)			
Em relação ao total de colaboradores	14	14	17
Em cargos gerenciais em relação ao total de cargos gerenciais	12	12	14
Em cargos de diretoria em relação ao total de cargos de diretoria	42	39	50
Multiculturalidade³			
Total de líderes estrangeiros ou com experiência internacional ^{4 5}	24	20	25
% de líderes estrangeiros ou com experiência internacional em relação ao total de líderes	21	17	23
Colaboradores com deficiência			
Número de colaboradores com deficiência ⁶	230	263	285
% sobre o total de colaboradores	4,3	5	5,5
Número de colaboradores com deficiência que participaram de formações de aprendizagem na Natura ⁷	251	264 ⁸	276 ⁸
<p>1 Apesar de a atuação da Natura visar a equidade de gêneros em cargos de liderança, em 2015 houve diversas mudanças na estrutura da liderança que acarretaram o decréscimo do indicador; além disso, há cargos de liderança que não haviam sido preenchidos até o final de 2015, o que também contribuiu para esse resultado. 2 Por uma mudança no conceito do G4-10, passamos a contar pessoas em licença não remunerada nos indicadores, o indicador de mulheres em cargos de liderança em 2014, sob o conceito de 2015 passa a ser de 36%, em vez de 34%. 3 O crescimento do indicador de multiculturalidade se dá pela mudança no cálculo do indicador, que passa a considerar os líderes brasileiros em expatriação. 4 Esse dado considera: colaboradores brasileiros ativos em expatriação em dez/2015; colaboradores brasileiros que atualmente não estão expatriados, mas que foram expatriados em anos anteriores; e estrangeiros no Brasil (não expatriados) que estão ativos na folha. 5 Em 2015, houve mudança nas regras de cálculo do indicador: para manter a consistência matemática do cálculo na base de headcount de GS 20 e acima do Brasil (dez/15) são somados os GS 20 e acima ativos em expatriação (apesar destes estarem na folha como contrato suspenso e não contarem para o headcount Brasil). 6 Número foi corrigido: em 2014, consideramos colaboradores PCDs que não entraram no total de colaboradores conforme reporte no indicador G4-10. Em 2015, aplicamos o mesmo padrão. 7 Até 2013, este indicador refletia o total de pessoas que participaram do "Programa de competências básicas", atividade de formação desenvolvida pela Natura especificamente para PCDs. A partir de 2014, a estratégia mudou e passou-se a atuar com foco a tornar todos os treinamentos acessíveis aos colaboradores com deficiência, ampliando assim as possibilidades de formação para o público. 8 É desconsiderado um caso de colaborador limítrofe do cálculo.</p>			

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Na Figura 32 observam-se as separações de empregados funcional da Natura no Brasil; o percentual de mulheres na empresa e qual ocupação; os colaboradores com idade superior a 45 anos; e, os colaboradores com deficiência, nos anos de 2013, 2014 e 2015.

No item "Igualdade de Remuneração para Mulheres e Homens", a Diretriz GRI G4-LA13 descreve a igualdade de remuneração visto que esta constitui um fator de retenção de empregados qualificados na força de trabalho. Quando há desequilíbrios nessa área, a organização corre o risco de ter sua reputação afetada

e até mesmo pode sofrer processos por discriminação. A Figura 33 retrata como a Natura apresenta essa informação.

Figura 33 – Exemplo da Diretriz GRI G4-LA13

Media mensal dos salários - Brasil (R\$)¹ (GRI G4-LA13)			
	2013	2014	2015
Mulheres	6.478	6.756	7.462
Operacional	1.571	1.687	1.823
Administrativo	7.495	7.448	8.256
Gerência	14.699	15.926	16.998
Diretoria	42.415	45.643	46.655
Homens	5.194	5.687	5.899
Operacional	2.028	2.211	2.381
Administrativo	5.753	6.563	6.880
Gerência	16.022	17.136	17.631
Diretoria	50.308	54.569	54.843
Acima de 45 anos	9.521	9.156	9.590
Operacional	2.232	2.355	2.555
Administrativo	10.262	9.843	11.061
Gerência	19.709	20.411	21.356
Diretoria	55.199	62.791	61.112
Até 45 anos	5.425	5.836	6.340
Operacional	1.789	1.942	2.096
Administrativo	6.499	6.743	7.371
Gerência	14.703	15.876	16.721
Diretoria	43.350	43.953	46.055

¹ Em 2015, os acordos coletivos representaram aumento de 10% para os colaboradores dos públicos operacional e administrativo. O público gerencial teve uma parcela fixa incorporada ao salário-base. Houve, ainda, aumentos espontâneos e programas de promoção e mérito, além de contratações, desligamentos e transferências realizadas durante o ano, que impactaram os valores reportados.

Fonte: Relatório Anual Natura (2015).

Na Figura 33 pode-se observar a media mensal de remuneração entre mulheres e homens distribuídas em categorias funcionais e idade. É possível notar que as pessoas acima de 45 anos possuem a maior média salarial da Natura.

5 CONCLUSÃO

A responsabilidade corporativa em relação ao meio ambiente, na atualidade, supera as expectativas da sociedade, na medida em que o controle e a redução do impacto ambiental se tornam vitais para a competitividade do mercado.

Os relatórios sociais ganham destaque pelo fato de orientarem as empresas a trilhar um caminho mais ecológico em seus processos produtivos, no qual projetos e atitudes voltadas para mitigar os danos ambientais causados pelas empresas são divulgados oportunizando transparência de suas ações.

Existem modelos de relatórios de sustentabilidade empresarial que podem ser seguidos e cabe a cada empresa escolher aquele que mais se adéqua as suas especificidades, tais como, o modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o do Instituto de Empresas e Responsabilidade Social - Ethos, e as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Esta pesquisa objetivou explorar a prática de evidenciação da sustentabilidade empresarial por meio da decomposição das diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) utilizando como parâmetro o relatório anual da empresa Natura Cosméticos S.A.

A escolha das diretrizes da GRI para o estudo deu-se em virtude de se tratar de um documento complexo, apresentado em linguagem técnica e utilizado por parte significativa dos relatórios de sustentabilidade feitos no mundo (78%) (BSD BRASIL, 2017) por oferecer a empresa uma forma de padronização do relatório e, por consequência, oportunizar comparações com outras organizações do mesmo segmento. Do mesmo modo, a escolha da empresa Natura Cosméticos S.A. como parâmetro para analisar as práticas de evidenciação em sustentabilidade empresarial deu-se, especialmente por ser um empreendimento conhecido por sua visão de sustentabilidade alinhada à estratégia do negócio e por atingir um alto grau de aderência plena aos indicadores essenciais do modelo GRI.

As principais diretrizes da GRI dividem-se em dois conteúdos, os quais são: 1) Conteúdos Padrão Geral e 2) Conteúdos de Padrão Específico. Os Conteúdos de Padrão Específico contemplam informações das categorias econômica, ambiental e social, ao passo que, o de Padrão Específico não apresenta subdivisões.

As práticas de evidenciação de sustentabilidade da empresa Natura Cosméticos S.A. seguem o prescrito pelas Diretrizes da GRI. No que tange à dimensão econômica, apresenta aspectos: desempenho econômico, pesquisa de mercado, impactos econômicos indiretos e práticas de compra. Em relação à dimensão ambiental, retrata a questão dos materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes e resíduos, produtos e serviços, conformidade, transportes, geral, avaliação ambiente de fornecedores e mecanismos de queixas e reclamações relativas a impactos ambientais. No que diz respeito à dimensão social, o relatório anula subdivide-se aspectos relacionados ao emprego, relação trabalhista; saúde e segurança no trabalho; treinamento e educação; diversidade e igualdade de oportunidades; e, igualdade de remuneração entre mulheres e homens.

A Natura Cosméticos S.A. em seu relatório anual de 2015 apresenta todos os aspectos sugeridos pela GRI para a dimensão econômica. Na dimensão ambiental, a empresa não relata gastos e investimentos empresariais em obras e/ou cuidados ambientais e não apresenta nenhum motivo por não usá-la. Assim como não apresenta os motivos das queixas e reclamações recebidas. No que diz respeito à dimensão social, a empresa não dá transparência ao prazo mínimo de notificação sobre alguma mudança operacional e se elas são ou não realizadas por meio de acordos coletivos.

Por fim conclui-se que a contribuição da Contabilidade Ambiental atualmente tornou-se pauta na agenda das empresas que pretendem dar transparências as suas ações de responsabilidade socioambientais, visto que, por meio de suas técnicas e demonstrações evidenciam as informações dessa natureza informando os usuários sobre a forma de interação da empresa com o meio ambiente e a comunidade na qual esta inserida.

Sugere-se para próximas pesquisas expandir as diretrizes que não foram citadas nesse trabalho. Realizar pesquisas com empresas que elaboram o Balanço Social acerca do processo de construção do relatório e, também com outras empresas para averiguar os motivos de não utilização desta demonstração.

REFERÊNCIAS

ALLEDI FILHO, C.; QUELHAS, O. L. G.; SILVA, E. N. C.; RODRIGUEZ, M. **Melhoria Contínua baseada na capacidade de aprendizado da indústria de petróleo: guia visual para implementação do ambiente do conhecimento.** Revista Inteligência Empresarial, COPPE/UFRJ, n. 13, 2003.

ALMEIDA, E. **Ativo, Passivo e Patrimônio Ambiental.** Disponível em: <<http://profeduardodealmeida.blogspot.com.br/2009/05/ativopassivo-e-patrimonio-ambiental.html>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

ANDRADE, Humberto Willams Cavalcanti. **Aderência do modelo ibase de balanço social: a norma brasileira de contabilidade voltada para as informações de natureza socioambiental.** 2012. 23 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, , Fortaleza, 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/Patrick/Downloads/3340-10558-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

AULER, J. R. **importância e aplicabilidade da contabilidade ambiental em empresas do estado: caso: pw brasil export S.A.** 2002. 60 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universitário do Espírito Santo – Unesc, Colatina, 2002. Disponível em: <http://www.fucape.br/premio_excelencia_academica/upld/trab/8/renato_auler.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

BELIZÁRIO, F. B. **A deontologia da Responsabilidade social: uma proposta de interseção entre o funcionalismo e o marxismo.** Responsabilidade social das empresas: A contribuição das universidades. São Paulo 2º Ed. v. 4. Petrópolis, 2005.

BERNARDO, Tereza N. da C.; SILVA, Ana P. F. da; FALK, James. **Indicadores de balanço social como ferramenta para demonstrar as práticas de responsabilidade socioambiental: um estudo realizado no setor elétrico.** In: ENCONTRO NORDESTINO DE CONTABILIDADE, 10., 2011, Salvador. Anais... Salvador: CRC-Ba, 2011

BROWN, H. S.; JONG, M.; LEVY, D. L. **Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI's sustainability reporting.** Journal of Cleaner Production, v. 17, p. 571-580, 2009. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.12.009>

BRUMATI, N. D. **contabilidade da gestão ambiental: ativos e passivos ambientais em empresas, em alta floresta/mt, em 2014-2015.** Disponível em: <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/viewFile/213/pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

BSBCONSULTING. **GLOBAL REPORTING INITIATIVE.** Disponível em: <cursosbsdconsulting.com>. Acesso em: 12 abr. 2017.

CAMPOS, L. M. S.; SEHNEM, S. ; OLIVEIRA, M. A. S. **Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative.** São Carlos: , 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v20n4/aop_gp0954_ao.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2017.

CARVALHO, **Gardênia Maria Braga de. Contabilidade ambiental.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

CASAGRANDE, J. A. **a contabilidade ambiental com ênfase nos impactos ambientais de uma empresa cerâmica estrutural da região sul de santa catarina.** 2014. 57 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3202/1/JOSÉ AUGUSTO CASAGRANDE.pdf](http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/3202/1/JOSÉ%20AUGUSTO%20CASAGRANDE.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.

ECOSSISTEMAS. **Relatório de Sustentabilidade GRI.** 2009. Disponível em: <http://www.ecossistemas.net/newsite/?option=com_content&view=article&id=16%253Arelatorio-de-sustentabilidade-gri&catid=16%253Asustentabilidade-empresarial&Itemid=18>. Acesso em: 10 abr. 2017.

LAND, Santa Catarina Industria. **Sustentabilidade.** Disponível em: <<http://www.gruposantacatarina.com/pt/sustentabilidade/>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

FERNANDES, F. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. **A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidade.** *Revista do BNDES*, v.34, p.101-132,2010.

GARCIA, R. S. M.; OLIVEIRA, D. L. **CONTABILIDADE AMBIENTAL: HISTÓRIA E FUNÇÃO.** Disponível em: <http://www.faculadadedelta.edu.br/imagens/revista_gestao_tecnologia/edicao_1/contabilidade_ambiental.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Princípios para relato e conteúdos padrão** ., 2016. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

GODOY, A. St. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. **Introdução à Teoria da Contabilidade.** 2ª ed., São Paulo: Atlas.2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações** - Aplicável também às demais sociedades. 4ª ed. rev. at., São Paulo: Atlas, 1995

KUMM, F. M. **APLICABILIDADE DA AUDITORIA PARA EVIDENCIAR PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAS DO OESTE DO PARANÁ.** 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Unioeste, Cascavel, 2016. Disponível em: <[http://portalpos.unioeste.br/media/File/silvia.boffi/Dissertação - Fernanda Marcia Kumm.pdf](http://portalpos.unioeste.br/media/File/silvia.boffi/Dissertação%20Fernanda%20Marcia%20Kumm.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

LIGTERINGEN, Ernst ; ARBEX, Nelmara. **GRI Sustentabilidade. 2012.** Disponível em: < <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-Starting-Points-2-G3.1.pdf> > Acesso em: 27 fev. 2016.

MARLON, J.C; IUDÍCIBUS, Sérgio. **Contabilidade Comercial.** 9ª ed. São Paulo: Atlas.2010.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE. .: NBC TE XXX INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O MEIO AMBIENTE. São Paulo: ., 2015. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TE_INTERACAO_DA_ENTIDADE_MEIO_AMBIENTE.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

OLIVEIRA, L. R. de et al. **Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações.** Niterói: ., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v22n1/aop_0007_0245.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2003.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2003. SANTO

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2005.

RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Luciana Souza Araújo dos. **SUSTENTABILIDADE NA INDÚSTRIA: UM ESTUDO EM EMPRESAS VINCULADAS À ACIEO.** 2016. 44 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir, Rondônia, 2016. Disponível em: <http://www.ri.unir.br/jspui/bitstream/123456789/1475/1/LUCIANA_SOUZA_ARAUJO_DOS_SANTOS.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SILVA, E. A. ; FREIRE, Otávio Bandeira de Lamônica; SILVA, Filipe Quevedo Pires de Oliveira e. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS.** 2014. 19 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Santos, Uberlândia, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/bib/Downloads/Silva_Freire_Silva_2014_Indicadores-de-sustentabilidade_39443.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2017.

TINOCO, J. E. P. & KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e Gestão Ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

YANAZE, M. H., & Augusto, E. (2008). **Por um novo balanço social: muito além dos cânones da comunicação corporativa.** Revista Comunicare, 8 (2), 127-138.

